



Rede Social de Montemor-o-Novo

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO  
CONCELHO DE MONTEMOR-O-NOVO  
(2007 – 2009)  
e  
Plano Anual de Acção 2007**

**Junho de 2007**

## CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MONTEMOR-O-NOVO

Agrupamento Vertical de Montemor-o-Novo  
 Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Montemor-o-Novo  
 Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Ciborro  
 Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Cortiçadas de Lavre  
 Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Fazendas do Cortiço  
 Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Foros de Vale Figueira  
 Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Futuro de Lavre  
 Associação 29 de Abril  
 Associação das Obras Assistenciais de São Vicente de Paulo - O Bercinho  
 Associação Protectora Abrigo Velhos Trabalhadores  
 Associação de Protecção Social à População de Santiago do Escoural  
 Associação de Solidariedade Social das Silveiras  
 Associação Terras Dentro  
 Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo  
 C.D.S.S.S – Serviço Local de Montemor-o-Novo  
 Câmara Municipal de Montemor-o-Novo  
 Centro de Emprego de Montemor-o-Novo  
 Centro de Saúde de Montemor-o-Novo  
 Centro Hípico D. Duarte/ Escola de Equitação  
 Centro Social e Paroquial de Stº António – Lavre  
 CERCIMOR  
 Comissão de Reformados de Santa Sofia - N.ª Sr.ª da Vila  
 Comunidade Sócio-Terapêutica “ Casa João Cidade”  
 Cooperativa de Ensino “Traquinas, Índios e Sábios”  
 Girassol – Associação de Protecção Social à População de São Geraldo  
 Guarda Nacional Republicana  
 Hospital Infantil de S. João de Deus  
 Junta de Freguesia de Cabrela  
 Junta de Freguesia de Cortiçadas do Lavre  
 Junta de Freguesia de Foros de Vale Figueira  
 Junta de Freguesia de Lavre  
 Junta de Freguesia de N. Sr.ª do Bispo  
 Junta de Freguesia de N. Sr.ª da Vila  
 Junta de Freguesia de S. Cristóvão  
 Junta de Freguesia de Santiago do Escoural  
 Junta de Freguesia de Silveiras  
 Marca – Associação de Desenvolvimento Local  
 Monte – Desenvolvimento Alentejo Central, A.C.E.  
 Santa Casa da Misericórdia de Cabrela  
 Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo  
 Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Montemor-o-Novo  
 Trilho - Associação para o Desenvolvimento Rural

## NÚCLEO EXECUTIVO

Agrupamento Vertical de Montemor-o-Novo Associação  
 Terras Dentro  
 Câmara Municipal de Montemor-o-Novo  
 C.D.S.S.S – Serviço Local de Montemor-o-Novo  
 Centro de Saúde de Montemor-o-Novo  
 CERCIMOR  
 Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo

## ÍNDICE

1. Introdução	Pág. 4
2. Metodologia	Pág. 5
3. Ligação entre o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social	Pág. 7
4. Plano de Desenvolvimento Social 2007 – 2009	Pág.13
4.1 Qualificação e Emprego	Pág.14
4.2 Apoio à 3ª Idade e Infância	Pág.20
4.3 Apoio à população com Deficiência	Pág.30
5. Plano de Acção 2007	Pág.32
6. Avaliação/Indicadores	Pág.40
7. Informações Complementares/Contactos Úteis	Pág.41
Anexos	Pág.42

## 1 - INTRODUÇÃO

O presente documento surge no âmbito do Programa **Rede Social**, o qual tem como principal objectivo a articulação e congregação de esforços das entidades públicas e das entidades privadas sem fins lucrativos com vista à “**erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social**”.

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, assumindo o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida como uma das prioridades, desde 2003, promove o Programa Rede Social, no âmbito do qual foi criado o Conselho Local de Acção Social de Montemor-o-Novo, formado actualmente por 41 entidades locais com intervenção no Concelho que, num trabalho de parceria, procuram desde então promover o planeamento integrado e sistémico das respostas sociais para o Concelho, potencializando os recursos existentes na Comunidade.

Foram já elaborados dois documentos de trabalho, o Pré-Diagnóstico e o Diagnóstico Social, com o objectivo de caracterizar a realidade social do Concelho, em diferentes áreas.

No Pré-Diagnóstico procedeu-se, essencialmente, à sistematização de informação quantitativa/estatística já existente noutros documentos ou fornecida pelas Entidades Locais; no Diagnóstico Social, avançou-se para a identificação das áreas prioritárias de intervenção: Iniciativa Empresarial/(Des)Emprego; Saúde; Infância e Juventude; 3ª Idade; Isolamento e Transportes Públicos/Acessibilidades e Habitação.

Priorizadas as áreas de intervenção anteriormente referidas, chegou o momento de delinear o **PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** em consonância com as prioridades do governo em termos políticos expressas no Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008, para os próximos 3 anos. Pretende-se assim elencar os objectivos estratégicos, as estratégias e os objectivos específicos de cada um dos eixos/áreas prioritárias de intervenção no nosso Concelho de acordo com as prioridades nacionais expressas no PNAI, de forma a alcançar uma situação social desejável.

Segundo documentação elaborada pelo Departamento de Investigação e Conhecimento do Núcleo da Rede Social, o **PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** “é um instrumento de definição conjunta e negociada de objectivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Local. Tem em vista não só a produção de efeitos correctivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos (...). Traça o retrato de uma situação social desejável, mas também realista nos concelhos e freguesias onde vai ser implementado (...)”<sup>1</sup>

De um modo mais específico, podemos entender o **Plano de Desenvolvimento Social** como um instrumento metodológico orientador da futura intervenção social no Concelho.

O **Plano de Acção** define-se como componente do Plano de Desenvolvimento Social, que identifica as acções e projectos a desenvolver no sentido de realizar os objectivos e estratégias de longo prazo delineadas no Plano de Desenvolvimento Social.

O Plano de Acção é elaborado anualmente, permitindo assim definir com mais detalhe, a calendarização, recursos humanos, materiais e financeiros a afectar, bem como a participação esperada de cada um dos parceiros envolvidos nos projectos/acções. O **Plano de Acção** deve ser “um documento exequível e não uma mera manifestação de intenções, o que implica uma dimensão de contratualização entre os parceiros e exige um processo participado, em sintonia com um dos princípios do Programa Rede Social – a participação.”<sup>2</sup>

Tendo em conta a mutação constante da realidade social, consideramos este instrumento orientador da intervenção social (PDS), como um documento em aberto, de forma a incluir futuramente respostas a outras problemáticas que surjam e sejam consideradas prioritárias na altura em questão.

<sup>1</sup> - Plano de Desenvolvimento Social, Núcleo da Rede Social – Departamento de Investigação e Conhecimento – Instituto de Solidariedade e Segurança Social, 2003, pag. 15

<sup>2</sup> - Guião Prático para a implementação da Rede Social – Instituto da Segurança Social, I.P, 2004, pag.24

## 2 – METODOLOGIA

O Plano de Desenvolvimento Social de Montemor-o-Novo é um instrumento de trabalho resultante da participação dos vários parceiros do CLAS e de outras individualidades consideradas privilegiadas, de forma a apontar soluções para as problemáticas encontradas no DIAGNÓSTICO SOCIAL.

Como metodologia adoptada para a sua elaboração procedeu-se, numa primeira fase, ao preenchimento da matriz proposta pela Coordenadora do Programa Rede Social do I.S.S.S. no Concelho de Montemor-o-Novo, para cada uma das problemáticas identificadas como prioritárias no Diagnóstico Social, pelos vários subgrupos do Núcleo Executivo.

Como metodologia adoptada para o preenchimento da matriz acima referida, em Reunião de Núcleo Executivo, optou-se por definir grupos de trabalho por cada uma das áreas identificadas como prioritárias no Diagnóstico Social. Desta forma, foram definidas estratégias para envolver as Entidades Locais na construção do Plano de Desenvolvimento Social, de forma a tornar este documento o mais participado possível e para implicar os agentes locais nos próprios processos de mudança.

Foram chamados a participar, não só os parceiros do CLAS, mas também outras entidades com intervenção nos vários domínios com o fim de discutir os objectivos estratégicos, as estratégias, os objectivos específicos e os recursos do Plano de Desenvolvimento Social.

Na grelha que se segue identificam-se as entidades locais que participaram na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção para 2006, agrupadas por área prioritária de intervenção.

PROBLEMÁTICAS	ENTIDADES PARTICIPANTES
Apoio aos Idosos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Abrigo dos Velhos Trabalhadores</li> <li>- Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo</li> <li>- Santa Casa da Misericórdia de Cabrela</li> <li>- “Girassol” Associação de Protecção Social à População de São Geraldo</li> <li>- Centro Social e Paroquial do Ciborro</li> <li>- Associação de Solidariedade Social das Silveiras</li> <li>- Junta de Freguesia de N.º Sr.ª do Bispo</li> <li>- Centro Distrital de Segurança Social de Évora</li> <li>- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo</li> </ul>
Infância e Juventude	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agrupamento Vertical de Montemor-o-Novo</li> <li>- Assembleia Municipal</li> <li>- Associação de Pais da Escola EB1 e Jardim de Infância dos Foros de Vale Figueira</li> <li>- Associação de Pais e Amigos das Crianças de São Cristóvão</li> <li>- Associação de Pais “Saber Crescer”</li> <li>- CAFAP – Cercimor</li> <li>- Câmara Municipal (Biblioteca Infantil, Centro Juvenil, Desporto, Educação, Escola de Ballet; Núcleo de Interpretação Ambiental dos Baldios e Oficina da Criança)</li> <li>- Centro de Explicações, Línguas e Formação</li> <li>- Escola Secundária de Montemor-o-Novo</li> <li>- Escolinha “ O meu futuro”</li> <li>- Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial do Ciborro</li> <li>- Jardim de Infância “Lar dos Pequenininos”</li> <li>- Junta de Freguesia de N.º Sr.ª do Bispo</li> <li>- Junta de Freguesia de São Cristóvão</li> <li>- Marca - ADL</li> <li>- Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo</li> <li>- Oficinas do Convento</li> </ul>

PROBLEMÁTICAS	ENTIDADES PARTICIPANTES
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Climor</li> <li>- Centro de Saúde</li> <li>- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo</li> <li>- Junta de Freguesia de São Cristóvão</li> </ul>
Isolamento e Transportes Públicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rodoviária</li> <li>- Câmara</li> <li>- Junta de Freguesia de São Cristóvão</li> <li>- Assembleia Municipal</li> </ul>
Iniciativa Empresarial (Des)Emprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assembleia Municipal</li> <li>- Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias – Núcleo de Montemor</li> <li>- Associação Terras Dentro</li> <li>- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (GADEC)</li> <li>- Centro de Emprego de Montemor-o-Novo</li> <li>- Cercimor (Centro de Reabilitação Profissional)</li> <li>- MARCA – ADL</li> <li>- Monte – ACE</li> <li>- Junta de Freguesia de Lavre</li> <li>- Junta de Freguesia de Foros de Vale Figueira</li> <li>- Junta de Freguesia de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Bispo</li> <li>- Junta de Freguesia de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Vila</li> <li>- Junta de Freguesia de São Cristóvão</li> <li>- Trilho – ADR</li> </ul>
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Abrigo dos Velhos Trabalhadores</li> <li>- Câmara Municipal</li> <li>- Hospital de São João de Deus</li> <li>- Junta de Freguesia de São Cristóvão</li> <li>- Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo</li> </ul>

Optou-se por reunir com cada um dos grupos, conduzir a reunião temática partindo de um modelo elaborado pelo Núcleo Executivo, facilitando a discussão dos problemas mais relevantes e das áreas-chave de intervenção prioritária.

Numa segunda fase, construíram-se propostas reais de intervenção, responsabilizando-se os intervenientes no processo.

Desta forma, construímos um Plano de Desenvolvimento Social e um Plano de Acção Anual participado, com recurso aos agentes e actores locais como principais intervenientes, para que assumam o processo de intervenção e mudança como seu.

A Rede Social é colectiva e todos devem estar activamente envolvidos para que os seus princípios façam sentido e os seus objectivos sejam alcançados.

### **3 – LIGAÇÃO ENTRE O DIAGNÓSTICO SOCIAL E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**PROBLEMÁTICA - INICIATIVA EMPRESARIAL/ (DES)EMPREGO**

PROBLEMAS	QUESTÕES CHAVE	CONSENSO/IDENTIFICAÇÃO	RECURSOS
<p>1- População Envelhecida.                  2 - Nível Baixo de Escolaridade e Baixas Qualificações                  3 - Inexistência de Indústrias de grande porte.                  4 -Tecido industrial pouco diversificado.                  5 - Fraca dinâmica empresarial e necessidade de qualificação dos empresários.                  6 -Taxa de Desemprego maioritariamente feminina.                  7 - Fraca rede de transportes ao nível concelhio, inclusive para a Zona Industrial da Adua.                  8 -Fraco aproveitamento dos programas do IEFP, que permitem ao trabalhador de uma entidade aumentar as suas qualificações (Rotação-Emprego-Formação).                  9 -Fraco espírito empresarial, pouco interesse em qualificar os trabalhadores.                  10 - Formação inadequada face às necessidades reais de emprego.                  11- Desajustamento das condições de oferta autárquica com os interesses/necessidades de procura empresarial.                  12 -Desemprego estrutural, provocado por uma transição da economia intensiva no trabalho, para uma economia intensiva em tecnologia, onde os profissionais menos qualificados têm dificuldades acrescidas no acesso ao mercado de trabalho                  13 - Ausência de empresas com capacidade de produção para mercados externos                  14 -Inexistência de associações empresariais                  15 - Inexistência de serviços de apoio às empresas</p>	<p>1 – Incentivar à criação de serviços privados de apoio domiciliário aos idosos a serviços de apoio à infância                  2 – Reforçar os canais de comunicação/valorizar a existência de centros de revalidação de competências/certificação de competências a funcionar no Concelho.                  2 – Incentivar o ensino recorrente nas Freguesias Rurais.                  3/4 – Incentivar a organização de uma associação de empresários na Zona Industrial da Adua.                  8/9 – Divulgar e motivar os trabalhadores e empregadores para a formação continua, promovendo a formação de grupos profissionais das várias entidades concelhias (Ex: motoristas, serviços administrativos, auxiliares de acção educativa, de Lar, etc.)                  10 – Levantamento dos interesses de formação dos desempregados inscritos no Centro de Emprego, utentes do RSI e alunos que frequentam as escolas EB2,3 de São João de Deus e Escola Secundária/Levantamento dos postos de trabalho existentes e possíveis de virem a existir.                  11 – Incremento de novas áreas empresariais.                  15 – Modernização/actualização /diversificação dos serviços de apoio às empresas com ligação à futura Associação Empresarial.                  15 - Levantamento dos apoios adicionais, sentidos como necessários pelas empresas, para criar novos postos de trabalho.</p>	<p>1 – Índice de envelhecimento de 220,4 superior ao registado no Alentejo Central e em Portugal                  2 – Taxa de Analfabetismo de 17, 5% superiora ao registado no A. C e em Portugal; Taxa de escolarização não obrigatória baixa (6,8%) inferior ao A.C e a Portugal; População com o Ensino Superior (4,8%) inferior a Portugal (8,6%).                  3/4 – A Industria representa apenas 14% da actividade no Concelho. De 718 empresas existentes no ano de 2000, existiam apenas duas com mais de 100 empregados - Industria Transformadora e Construção e Obras Públicas - (Pré-Diagnóstico).                  6 – Taxa de Desemprego feminina de 10,5% contra Taxa de Desemprego Masculina de 3,3%.                  7 – Horários da RN (Manhã – Noite)                  10 – Cursos de Formação sem saída profissional: Arraiolos, bordados, cestaria, entre outros.                  11/13 – Condições de oferta e qual é a procura Zona Industrial da Adua.                  - A Câmara Municipal disponibiliza lotes de terreno infraestruturados;                  - Em Março de 2006, não existiam lotes disponíveis para cedência;                  - A procura aumentou no 2.º semestre de 2005</p>	<p>- Boa localização geográfica e boas acessibilidades (proximidade com grandes centros urbanos – Lisboa, Setúbal e Espanha);                  - Zona Industrial da Adua perto do acesso à Auto-Estrada.                  - Sistema de Incentivos à Instalação Empresarial na Zona Industrial da Adua, (redução do preço por m2 quanto maior for o número de trabalhadores, facilidades de pagamento, cedência do levantamento topográfico e comparticipação em 75% dos custos na regularização do terreno).                  - FAME – Fundo de Apoio às Micro-Empresas do Concelho de Montemor-o-Novo, que visa apoiar as Micro-Empresas, nomeadamente na modernização das instalações, equipamentos, melhoria dos produtos e/ou serviços prestados.                  - Possibilidade de crescimento das indústrias alimentares na área dos produtos de qualidade e certificados.                  - Existência de produtos do sector agro-florestal que podem potenciar o desenvolvimento de indústrias naquelas áreas.                  - Desenvolvimento de actividades ligadas à função de distribuição e de apoio ao tráfego de passageiros e mercadorias.                  - Apoios do Centro de Emprego para Entidades e Candidatos inscritos: ILE'S – Iniciativas Locais de Emprego; - Apoios à contratação; Apoios à conversão; de contratos de trabalho; Estágios profissionais; - Apoio ao desenvolvimento Cooperativo; Apoio à contratação de Pessoas Portadoras de Deficiência; Empresas de inserção; CPE – Criação do próprio emprego para beneficiários das prestações de desemprego;                  -A necessidade de aumentar o número de respostas sociais nas áreas prioritárias, vai contribuir para a criação de empregos no quadro do Desenvolvimento Local, sobretudo na população feminina;                  - FAIA – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento no Alentejo                  - Programas Nacionais e Comunitários                  - Estruturas de Ensino Superior e Ensino Técnico Profissional.</p>

**PROBLEMÁTICA - INFÂNCIA E JUVENTUDE**

PROBLEMAS	QUESTÕES CHAVE	CONSENSO/IDENTIFICAÇÃO	RECURSOS
<p>1- Insuficiente nº de respostas de Ocupação de Tempos Livres após o horário lectivo e durante as férias lectivas</p> <p>2 - Inexistência de uma rede de transportes para a primeira infância, o que dificulta o acesso de algumas crianças à Creche e Jardim de Infância.</p> <p>3 - Existência de Lista de Espera nas seguintes valências:                      - Creche e Jardim-de-Infância do Lar dos Pequeninos na cidade de Montemor-o-Novo.                      - Jardins de Infância da Rede Pública (Cidade)                      - Creche e Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial de Santo António – Lavre</p> <p>4 - Falta de salas ao nível do 1º Ciclo na sede do Concelho</p> <p>5 - Pouca diversidade na oferta de cursos técnico profissionais, no ensino secundário</p> <p>6 - Espaços pouco atraentes para o desenvolvimento da prática desportiva e deficiente equipamento desportivo no Pré-Escolar e 1º Ciclo</p> <p>7 - Dispersão geográfica dos Estabelecimentos de Educação e Ensino do Agrupamento de Escolas</p>	<p>1- Criar e dinamizar espaços de Ocupação de Tempos Livres para os alunos do Concelho.</p> <p>2 – Criar uma rede de Transportes para a 1ª Infância (0 aos 6 anos de Idade) e melhorar a rede de transportes escolares já existente.</p> <p>3 – Criar/aumentar o nº de vagas nas valências de Creche, Jardim de Infância na Cidade.</p> <p>4 – Criar novas estruturas</p> <p>5–Diagnosticar as necessidades/interesses de cursos técnico profissionais com saída profissional no Concelho e na Região.</p> <p>7 – Criar uma rede de comunicação mais eficaz, no âmbito das Novas Tecnologias.</p>	<p>1 - Existência de Lista de Espera na valência de Actividades de Tempos Livres na Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo (crianças com mais de 10 anos) e superlotação das vagas (acordo para 50 e frequência de 82)</p> <p>1 – Incapacidade de resposta às necessidades de prolongamento e funcionamento das cantinas do Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, principalmente no início do Ano Lectivo.</p> <p>1 – Funcionamento não pleno do Centro Juvenil (obras) e adequação do funcionamento da Oficina da Criança às necessidades da Comunidade.</p> <p>2- Inexistência de rede de transportes para a 1ª Infância.</p> <p>3 - Lista de espera nos equipamentos existentes na Cidade. (Público e Privado)</p> <p>4 – Existência de turmas do 1º Ciclo do Ensino Básico em regime de desdobramento.</p> <p>5 – Existências de alguns jovens que não continuam os estudos, para além do ensino obrigatório.</p> <p>9 – Dimensão e dispersão geográfica do Concelho.</p>	<p><b>IPSS(s):</b>                      *Bercinho                      *Lar dos Pequeninos                      *CSP Ciborro                      *CSP Lavre                      * Misericórdia Cabrela                      *Misericórdia Montemor-o-Novo</p> <p><b>Outras iniciativas/respostas:</b>                      *Oficina da Criança, Oficina do Canto, Escola de Ballet, Centro Juvenil, Biblioteca Área Juvenil (Câmara)                      *Escola de Equitação com disponibilidade para organizar actividades de ocupação de tempos livres                      *Grupo de Escuteiros                      *Oferta escolar dos 3 aos 18 anos (pré-escolar ao 12º Ano)                      *Espaços adequados à prática desportiva ao nível da EB2,3 de São João de Deus e da Escola Secundária de Montemor-o-Novo                      *Estabelecimento de uma rede de parcerias com Instituições Locais ao nível da Educação                      * Agrupamento Vertical de Montemor-o-Novo (pré-escolar, 1º, 2 e 3ª Ciclos do Ensino Básico)                      *ATL(s) nas Escolas Básicas de 1º Ciclo Nº1, Nº2 de Montemor-o-Novo e em Foros de Vale Figueira e Cabrela                      * Centro de Formação Profissional (Cercimor)                      *Escola Secundária de Montemor-o-Novo</p>

### PROBLEMÁTICA - CUIDADOS DE SAÚDE

PROBLEMAS	QUESTÕES CHAVE	CONSENSO/IDENTIFICAÇÃO	RECURSOS
<p>“1ºTempo de espera por consulta médica, o que obriga os utentes a recorrer ao Serviço de Atendimento Permanente, uma vez que as consultas não são atempadas;</p> <p>2ºInsuficiente nº de períodos de consulta médica em algumas freguesias rurais;</p> <p>3ºInsuficiente nº de períodos de cuidados de enfermagem em alguns postos de saúde nas freguesias e localidades rurais;</p> <p>4ºInexistência de RX no Centro de Saúde;</p> <p>5ºInexistência de hospital de retaguarda;</p> <p>6ºInstalações do SAP inadequadas para o nº de doentes que recebe diariamente;</p> <p>7ºFalta de humanização de alguns profissionais de saúde;”<sup>3</sup></p> <p>“8ºFalta de cumprimento da prescrição médica por escassez de recursos dos utentes</p> <p>9ºServiço de internamento que mobiliza um grande nº de enfermeiros, impedindo um Apoio Domiciliário mais eficaz</p> <p>10ºUtilização inadequada dos serviços pelos utentes, principalmente no Serviço de Atendimento Permanente.”<sup>4</sup></p>	<p>1º Reduzir o tempo de espera entre a marcação da consulta e a consulta propriamente dita;</p> <p>2º Aumentar o nº de períodos de consultas médicas em algumas freguesias;</p> <p>3º Aumentar o nº de períodos de cuidados de enfermagem em algumas freguesias e localidades;</p> <p>4º Estabelecer protocolos/contratualização com entidades concelhias que tenham meios complementares de diagnóstico;</p> <p>5º/9º Implementar um serviço de cuidados paliativos</p> <p>5º/9º Alargamento do Serviço de Apoio Domiciliário Integrado com prestação de cuidados específicos;</p> <p>6º/10º Informar os utentes sobre o funcionamento dos serviços;</p> <p>7º Dinamizar/reforçar (dar visibilidade) as actividades desenvolvidas pela equipa de humanização do Centro de Saúde;</p> <p>8º Criar um grupo de trabalho que desenvolva esforços no sentido de apoiar as famílias carenciadas, no que respeita à comparticipação de medicamentos;</p>	<p>1º (Elevado) nº de utentes que recorrem ao SAP;</p> <p>1º (Tempo médio) de espera entre a marcação e a consulta?</p> <p>2/3º Necessidades sentidas/apontadas pela população;</p> <p>5º/9º Elevado nº de pessoas dependentes com necessidades específicas ao nível de cuidados de saúde e ao nível social sem uma estrutura adequada que dê resposta;</p> <p>5º Inexistência de um Banco de Ajudas Técnicas Concelhio;</p> <p>6º Insuficiente informação acerca do funcionamento dos serviços do Centro de Saúde;</p> <p>7º Reclamações/queixas dos utentes;</p> <p>8º Número de utentes que recorre ao Gabinete do utente/Serviço Social solicitando apoio para aquisição de medicamentos;</p>	<p>*Centro de Saúde de Montemor-o-Novo, 12 Extensões, Serviço Ambulatório, Serviço de Atendimento Permanente, Serviço de Internamento com capacidade para 20 camas mais 2 camas destinadas a casos de emergência social e Laboratório de análises.</p> <p>*Cumprimento de nº de consultas adequado à população residente (1 médico de família por 1500 habitantes)</p> <p>*2 a 3 Consultas de urgência no próprio dia por todos os médicos</p> <p>*Telemedicina;</p> <p>*Protocolo com H.E.S. Évora;</p> <p>*Equipa de voluntários (10 pessoas);</p> <p>*Parcerias do Centro de Saúde em vários projectos com várias Entidades do concelho e da região:</p> <p>*Equipa de Humanização</p> <p>*Gabinete do Utente (reclamações, sugestões e opiniões)</p> <p>*Programa “Saúde XXI” (financiamento para projectos) *Hospital Infantil de São João de Deus com várias especialidades, tratamentos e internamento (convenção com o Serviço Nacional de Saúde e outros) e serviço de RX</p> <p>*Consultórios e clínicas privadas com várias especialidades</p>

<sup>3</sup> Problemas identificados por parceiros do Conselho Local de Acção Social de Montemor-o-Novo

<sup>4</sup> Problemas identificados pelo Centro de Saúde

### PROBLEMÁTICA - APOIO À 3ª IDADE

PROBLEMAS	QUESTÕES CHAVE	CONSENSO/IDENTIFICAÇÃO	RECURSOS
<p>*Elevado número de idosos inscritos em lista de espera para internamento na valência de Lar, nas IPSS(s)</p> <p>*Idosos internados em lar com média de idades bastante elevada e com várias incapacidades</p> <p>*Idosos integrados nas valências de Centro de Dia e Apoio Domiciliário com grandes limitações</p> <p>*Inexistência em algumas instituições de apoio, de meios de transporte adequados às incapacidades destes utentes</p> <p>*Elevado número de idosos que vivem em locais isolados e de difícil acesso</p> <p>*Falta de infra-estruturas básicas em muitas das habitações dos idosos com necessidades de serviço de Apoio Domiciliário</p> <p>*Elevado índice de envelhecimento</p> <p>*Existência de 3 freguesias sem IPSS(s) que dêem resposta ao nível de Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário</p> <p>*Falta de estruturas e espaços de convívio ao ar livre nos bairros urbanos</p>	<p>*criar/aumentar o nº de vagas em Lar</p> <p>*criar Unidade de Cuidados Continuados (recuperar e reabilitar a pessoa, através de cuidados médicos, fisioterapia, psicologia e outros por um período determinado de tempo com o objectivo de regressar ao meio normal)</p> <p>*Existência ou não de Programas de Financiamento a que nos podemos candidatar. Actualmente existe o PAII e o PARES (Verbas do Euro Milhões)</p> <p>*Alargar Apoio Domiciliário Integrado</p> <p>*Que Instituições podem fazer uma parceria para contribuir para o alargamento do ADI</p> <p>*Adquirir transportes adaptados às necessidades dos utentes</p> <p>*Adaptar os transportes existentes às necessidades dos utentes</p> <p>*Sensibilizar as Instituições para darem respostas aos idosos isolados, através das respostas já existentes e outras a criar. (Ex: Tele-Assistência)</p> <p>*Melhorar as acessibilidades (caminhos)</p> <p>*Eliminar as barreiras arquitectónicas</p> <p>*Criar equipamentos de apoio à 3ª Idade nas Freguesias que ainda não tenham essa resposta</p> <p>*criar espaços de lazer ao ar livre</p> <p>*Adaptar espaços de convívio ao ar livre</p>	<p>* 1 271 Idosos inscritos em Lista de Espera para Lar no ano 2004</p> <p>*Os Centros de Dia estão a ser ocupados por idosos com elevado grau de dependência (por falta de vagas em Lar)</p> <p>*Nº de idosos internados no Serviço de Internamento do Centro de Saúde, sem necessidade de cuidados médicos</p> <p>* Algumas Instituições sem transportes adequados às necessidades dos utentes</p> <p>*As Instituições existentes não desenvolvem políticas culturais e de reabilitação para os seus utentes</p> <p>*Política de voluntariado pouco desenvolvida e adequada às necessidades do Concelho</p> <p>*Existência de barreiras físicas</p> <p>*Existência de poucos espaços de lazer</p>	<p><b>IPSS (S) em funcionamento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Abrigo dos Velhos Trab.</li> <li>* S.C.M Montemor</li> <li>* Girassol</li> <li>* C.S.P Ciborro</li> <li>* C.S.P Lavre</li> <li>* S.C.M Cabrela</li> <li>* C.S.P São Cristóvão</li> <li>* C.S.P Escoural</li> </ul> <p><b>IPSS (S) constituídas em fase de arranque:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Sobreiro - Cortiçadas</li> <li>* A.S.S - Silveiras</li> </ul> <p><b>Entidades Particulares:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* O Monte – F. V. Figueira</li> <li>* O Solar</li> <li>* O Cortiço</li> <li>* Lar Quinta da Ponte</li> </ul> <p><b>Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos em todas as Freguesias e algumas Localidades</b></p> <p><b>Centro de Saúde de Montemor-o-Novo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>*ADI em Lavre e Escoural</li> </ul> <p><b>Segurança Social – Apoios e Programas</b></p>

### PROBLEMÁTICA - ISOLAMENTO/TRANSPORTES PÚBLICOS E URBANOS

PROBLEMAS	QUESTÕES CHAVE	CONSENSO/IDENTIFICAÇÃO	RECURSOS
<p>1-Insuficiente número de transportes das Freguesias e Localidades para a Cidade e vice-versa.</p> <p>2-Mau estado de algumas estradas e caminhos.</p> <p>3-Difícil acesso a determinados Montes onde vivem idosos e ou crianças.</p> <p>4-Inexistência de transporte público urbano, necessário principalmente para a população idosa, famílias com crianças pequenas e deficientes.</p> <p>5-Barreiras Arquitectónicas que dificultam a movimentação dos públicos com necessidades específicas.</p> <p>6-Povoamento disperso e número elevado de montes com caminhos privados.</p> <p>7-Transportes públicos não adaptados aos públicos com necessidades específicas.</p> <p>8-Dificuldade em manter ou aumentar a população nas Freguesias e Localidades Rurais.</p> <p>9-Dificuldade de movimentação da população idosa e das famílias com crianças pequenas de fracos recursos ou recursos moderados.</p> <p>10-Crescente agravamento da dificuldade de estacionamento principalmente dentro do centro histórico da Cidade.</p> <p>11-Baixa densidade populacional/sustentabilidade das empresas de transportes públicos.</p> <p>12-Incumprimento da legislação que garante a adaptação dos transportes públicos a pessoas com necessidades específicas.</p>	<p>1-Aumentar o nº de “carreiras”(viagens) de e para as Freguesias e Localidades.</p> <p>2-Melhorar o estado das vias, no Concelho.</p> <p>3/6-Sensibilizar as instituições locais para dar resposta a situações de isolamento.</p> <p>4-Criar uma rede de transportes inter-urbana e periférica (Parceria com instituições que tenham meios de transporte disponíveis).</p> <p>5-Eliminar as barreiras arquitectónicas existentes ao nível do Concelho.</p> <p>7/12-Disponibilizar transporte alternativo para pessoas com necessidades específicas.</p> <p>9/10- Criar uma rede de transportes urbana.</p> <p>10- criar e reorganizar parques de estacionamento.</p> <p>11-Adequar a resposta às necessidades (em vez de autocarros de 50 lugares, utilizar mini-autocarros ou carrinhas de 9 lugares).</p>	<p>* A maioria das Freguesias tem apenas transporte público de manhã para a cidade e regresso à noite.</p> <p>* Existência de algumas vias em mau estado (Montemor-o-Novo/Ciborro; Lavre/Vendas Novas; Lavre/Ciborro; Lavre/Vale das Custas e Cabrela/Silveiras?)</p> <p>* Existência de situações Sociais complicadas a descoberto (não apoiadas) devido ao isolamento/difícil acesso.</p> <p>* Inexistência de transporte público dentro da cidade e ao nível da periferia (zona rural da cidade).</p> <p>* Núcleo urbano disperso.</p> <p>* Existência de barreiras arquitectónicas em alguns locais públicos e em habitações de pessoas com deficiência.</p> <p>* Inexistência de transporte adequado à população com necessidades específicas.</p> <p>* Dificuldades de estacionamento no Centro Histórico e existência de espaços que poderiam ser sinalizados para esse efeito.</p> <p>* Necessidades de movimentação de uma % específica da população ao longo do dia.</p>	<p>- Rodoviária do Alentejo.</p> <p>-Transporte escolar a partir dos 3 anos, disponibilizado pela Câmara de Montemor-o-Novo.</p> <p>- Transporte da Cercimor.</p> <p>-Terreno regular (pouco acidentado).</p> <p>-Bom estado das vias que ligam Montemor-o-Novo aos grandes Centros (Lisboa, Setúbal, Évora e Santarém).</p>

### PROBLEMÁTICA - HABITAÇÃO

PROBLEMAS	QUESTÕES CHAVE	CONSENSO/IDENTIFICAÇÃO	RECURSOS
<p>1-Casas degradadas e sem condições;</p> <p>2- Pedidos de habitação social na Câmara Municipal sem resposta (71); Julho/2005</p> <p>3- Insuficiência de casas com renda social face ao número de pedidos;</p> <p>4- Insuficiente nº de lotes para habitação em algumas Freguesias Rurais;</p> <p>5- Mercado de habitação muito caro (venda e arrendamento);</p>	<p>1- Recuperação das habitações degradadas;</p> <p>2/3- Insuficiente resposta para o número de pedidos;</p> <p>2/3- Reavaliar o processo de atribuição de casas de renda social no Concelho (duração de contratos);</p> <p>4/5- Agilizar/facilitar os processos de loteamento para habitação;</p> <p>4/5- Incentivar os proprietários dos terrenos para procederem aos loteamentos dos mesmos;</p> <p>4/5- Aumento da oferta (habitação social e loteamento);</p>	<p>- Segundo dados do INE, há 26,6% edifícios com mais de 58 anos no Concelho;</p> <p>- De um total de 7027 alojamentos ocupados como residência habitual, 58 não possuem qualquer instalação e 766 não possuem instalações completas. Destes a maioria não tem retrete;</p> <p>- 71 pedidos de habitação social activos na Câmara Municipal;</p> <p>- Inexistência de um processo de reavaliação dos agregados que habitam as casas de renda social;</p> <p>- Rendas altas/elevadas face aos rendimentos familiares e às condições que as casas oferecem;</p> <p>- Inexistência de loteamentos em algumas freguesias rurais e lugares (Cabrela, Lavre, São Cristóvão, Silveiras Escoural, Ciborro, Cortiçadas, São Geraldo);</p>	<p>- Existência de cerca de 100 casas de renda social no Concelho, propriedade de várias entidades concelhias e actualmente ocupadas; (Ver Diagnóstico Social)</p> <p>- Programa Municipal de Recuperação da Habitação Degradada – Recuperação de Telhados;</p> <p>- Apoio da Câmara Municipal à melhoria das condições habitacionais (canalizações, instalações sanitárias, rede de esgotos, instalações eléctricas...);</p> <p>- Elevado nº de habitações vagas/devolutas existentes no Concelho;</p>

#### 4 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2007 - 2009

Partindo das necessidades/problemas detectados no Diagnóstico Social do Concelho e considerando as prioridades políticas do Governo Português expressas no Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008, o presente documento pretende apontar caminhos que procuram minimizar os problemas detectados.

A grelha que se segue apresenta uma relação que procurámos estabelecer entre as prioridades do PNAI 2006-2008 e as prioridades definidas em Diagnóstico Social para o Concelho de Montemor-o-Novo e.

PRIORIDADES DO PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO 2006-2008	PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO NO CONCELHO DE MONTEMOR-O-NOVO
I – Combater a Pobreza das Crianças e dos Idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cuidados de Saúde</li> <li>- Envelhecimento (Apoio à 3ª Idade)</li> <li>- Infância</li> <li>- Melhorar as condições de habitabilidade</li> <li>- Diminuir o isolamento</li> </ul>
II – Corrigir as desvantagens na Educação e Formação/Qualificação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar o espírito de Iniciativa Empresarial, nas várias camadas da população.</li> <li>- Diminuir os baixos níveis de escolaridade, formação e qualificação.</li> </ul>
III – Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de pessoas com deficiência e dos imigrantes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover mais respostas sociais ao nível de Integração Profissional, Residência e Centros de Actividades Ocupacionais para pessoas com deficiência.</li> </ul>

Em Núcleo Executivo decidiu-se integrar no mesmo documento o Plano de Desenvolvimento Social e o primeiro Plano de Acção, por nos parecer, nesta fase, o procedimento mais adequado a adoptar no que respeita à rentabilização de tempo e à necessidade de avanço das próprias actividades definidas, bem como o poder proporcionar, na nossa opinião, uma maior facilidade de leitura.

#### 4.1 – EDUCAÇÃO/QUALIFICAÇÃO E EMPREGO

O Desemprego, a Falta de Iniciativa Empresarial, a Infância e a Juventude são, segundo o inquérito aplicado à população de Montemor-o-Novo, no âmbito da elaboração do Diagnóstico Social, alguns dos problemas que mais preocupam os Montemorenses. Estes problemas enquadram-se na 2ª prioridade do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006 - 2008 – CORRIGIR AS DESVANTAGENS NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO/QUALIFICAÇÃO.

As propostas apresentadas pelo Governo para esta legislatura inscrevem-se no quadro definido pela Estratégia de Lisboa: fazer da sociedade da informação e do conhecimento uma alavanca para a coesão social e a modernização económica e tecnológica. São ambições para a legislatura actual:

- *“Estender a educação fundamental, integrando todos os indivíduos em idade própria, até ao fim do ensino ou formação de nível secundário. Isto quer dizer trazer todos os menores de 18 anos, incluindo aqueles que já estejam a trabalhar, para percursos escolares ou de formação profissional”.*

- *“Alargar progressivamente a todas as crianças em idade adequada a educação pré-escolar e consolidar a universalidade do ensino básico de nove anos. O que implica retomar a aposta na rede nacional de ofertas da educação de infância e reforçar os instrumentos de inclusão e combate ao insucesso na escola básica.”*

- *“Dar um salto qualitativo na dimensão e na estrutura dos programas de educação e formação dirigidos aos adultos. O que requer uma atenção particular às necessidades específicas dos adultos hoje activos que não dispõem de habilitações escolares equivalentes ao 9º ano de escolaridade.”*

“Só é possível avançar no caminho da inclusão e da igualdade de oportunidades, defendendo e valorizando o serviço público de educação e a escola pública, aberta a todos. “

As metas do PNAI 2006-2007 na sua 2ª Prioridade - CORRIGIR AS DESVANTAGENS NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO/QUALIFICAÇÃO, SÃO:

“- Abranger no ensino pré-escolar 100% das crianças com cinco anos e 90% com 3 e 4 anos até 2009;

- Reduzir a saída escolar precoce entre os 18 e os 24 anos para 30% em 2008 e 25% em 2009;

- Reduzir para metade o insucesso escolar no Ensino Básico em 2009;

- Qualificar um milhão de adultos em idade activa até 2010;

- Generalizar o acesso à Internet e às tecnologias de informação e comunicação através, entre outros, do alargamento a todo o território do serviço de banda larga e da disponibilização de espaços públicos gratuitos de acesso à Internet até 2008.”<sup>5</sup>

De acordo com o PNAI, é necessário minimizar as desvantagens na Educação e Formação/Qualificação, mediante acções que visem corrigir situações de grande vulnerabilidade estrutural das qualificações formais dos vários grupos alvo, que, no caso de Montemor-o-Novo, são principalmente as mulheres e os jovens.

<sup>5</sup> PNAI 2006 >2008, pag.52

Cabe-nos assim a tarefa de programar acções e projectos que procurem minimizar os problemas identificados e que, acima de tudo, possibilitem encontrar ferramentas para ultrapassar e/ou atenuar determinados constrangimentos tais como: baixos níveis de escolaridade; o insucesso e abandono escolar; a insuficiente oferta de cursos técnico-profissionais no ensino secundário; as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho; os baixos índices de formação profissional das populações; o desconhecimento de profissões de futuro, o desconhecimento de programas de incentivo à criação de empresas, entre outros.

Relativamente aos mais jovens, é imprescindível “superar o atraso educativo português face aos padrões europeus, integrar todas as crianças e jovens na escola e proporcionar-lhes um ambiente de aprendizagem motivador, exigente e gratificante, melhorar progressivamente os resultados, fazendo subir o nível de formação e qualificação das próximas gerações, tudo isto constitui uma urgência nacional. A superação destes desafios é essencial para o desenvolvimento pessoal e cívico de cada um, para a promoção da ciência e da cultura, para a coesão da sociedade, para a produtividade e a competitividade da economia.”

Para a atenuação/minimização destes problemas, podemos contar com a articulação das várias entidades locais que intervêm nesta área, e que recorrem a financiamentos e apoios de Programas/Medidas para desenvolvimento de acções e projectos tais como o PRODEP, Ser Criança, Escolhas, POEFDS, PORA, programas do Instituto Português da Juventude (que referenciamos no parágrafo seguinte), CNO's – Centros de Novas Oportunidades através dos Processos RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências para a indivíduos com mais de 18 anos a possibilidade de certificar conhecimentos e competências que adquiriram ao longo da sua vida em contextos formais, informais e não formais, proporcionando-lhes equivalência escolar ao nível do 1.º, 2.º, e 3º ciclos do ensino básico e brevemente do 12ª Ano), entre outros programas que não especificamos aqui.

Ao nível do Instituto Português da Juventude, destacamos os seguintes programas:

- Campos de Férias e de Trabalho;
- Ocupação de Tempos Livres;
- Programa Juventude;
- PRIME Jovem - Programa de Apoio à Iniciativa Empresarial Jovem;
- Geração Millennium 3.0 – Formação em Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Programa Especial de Voluntariado Jovem na Saúde;
- IAJ – Incentivo ao Arrendamento por Jovens com menos de 30 anos;
- HEMICICLO – Jogo de Cidadania para jovens estudantes do ensino secundário;
- INOV-JOVEM – Jovens quadros para a inovação nas Pequenas e Médias Empresas, até aos 35 anos, com qualificações de nível superior – Inovação e Desenvolvimento Empresarial;
- Jovens Criadores – Artes
- INFORJOVEM – Difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Tendo por base a metodologia já descrita, definimos em CLAS a estratégia, bem como as grandes actividades que seriam possíveis desenvolver, considerando as necessidades identificadas em Pré-Diagnóstico e Diagnóstico Social.

Foram ouvidos os parceiros, foram discutidas e definidas as actividades, foi definida a respectiva calendarização e atribuídas responsabilidades, para facilitar o alcance dos objectivos definidos.

Entendemos que as actividades definidas vão de encontro às necessidades reais do Concelho nestas áreas-chaves, bem como às prioridades definidas pelos desafios estratégicos e grandes prioridades do **Plano Nacional de Emprego para 2005 -2008**<sup>6</sup>.

Os objectivos gerais e específicos do Plano de Desenvolvimento Social de Montemor-o-Novo, no que diz respeito a estas áreas, enquadram-se em dois destes objectivos, nomeadamente: “*Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego*” e “*Reforçar a educação e qualificação da população*”, bem como das metas do **Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego**: “As metas a estabelecer para os próximos anos apostam na redução drástica do insucesso escolar nos ensinos básico e secundário, no aumento dos jovens em cursos tecnológicos e profissionais de nível secundário e na generalização de escolhas curriculares apropriadas...”<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> [www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt)

<sup>7</sup> Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008, pag. 33

**Planeamento Estratégico – Plano de Desenvolvimento Social**

PRIORIDADES DO PNAI 2006-2008	EIXO DE DESENVOLVIMENTO	OBJECTIVO GERAL ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIA	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	RECURSOS
CORRIGIR AS DESVANTAGENS NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO/QUALIFICAÇÃO	EDUCAÇÃO/QUALIFICAÇÃO E EMPREGO	FOMENTAR NAS VÁRIAS CAMADAS DA POPULAÇÃO (EMPRESÁRIOS E COMUNIDADE EM GERAL) O ESPÍRITO DE INICIATIVA EMPRESARIAL, PROMOVEDO A DINÂMICA EMPRESARIAL NO CONCELHO E PERSPECTIVANDO O FOMENTO DO EMPREGO, ESPECIALMENTE NAS FAIXAS MAIS JOVENS DA POPULAÇÃO E NO SEXO FEMININO.	Incentivar a criação de uma Associação de Empresários	Fomentar uma maior dinâmica empresarial no Concelho, no espaço de 4 anos, com vista ao aumento da criação de Médias Empresas, bem como à fixação de empresas de maior porte.	Empresas do Concelho Zona Industrial
			Incentivar à criação de serviços privados	Criar uma bolsa de amas, com formação específica, para empregar maioritariamente mulheres.	Segurança Social; IPSS; C.E; Marca;
				Apoiar no espaço de 3 anos, a criação de uma empresa de serviços de apoio domiciliário a idosos, com ligação a uma instituição já existente.	Monte Programas de apoio à criação de PME
				Fazer, até Dezembro de 2007, o levantamento dos postos de trabalho existentes e perspectivar os futuros postos de trabalho a serem criados, como forma de planear a formação profissional.	Terras Dentro Trilho
			Formação Profissional	Fazer até final de 2007 o levantamento real dos interesses de formação dos desempregados e dos utentes do RSI inscritos em CE, com vista à sua formação e futura integração em postos de trabalhos disponíveis.	Centro de Emprego Marca; Terras Dentro
				Fazer até Julho de 2008, o levantamento dos interesses vocacionais dos alunos das Escolas EB2,3 de São João de Deus e Secundária de Montemor-o-Novo, fazendo a sensibilização para as profissões menos valorizadas socialmente mas essenciais para o bem estar da sociedade.	Monte; Trilho; CMMoN IPSS; Cerci; ISSS;
			Dinamizar formação contínua	Implementar e divulgar até 2009, acções de formação, colóquios e encontros, dirigidos a empresários (formar e qualificar os empresários com vista à cooperação e competitividade), e à Comunidade (esclarecendo e apresentando casos de sucesso com vista ao aparecimento de novos empresários), fomentando o aumento da dinâmica e da iniciativa empresarial.	C.E; Marca; Terras Dentro Monte; Trilho, CM,
				Motivar os trabalhadores, empresas e entidades para a necessidade de formação contínua e dinamizar até 2008, 6 acções de formação, dirigida a trabalhadores de grupos profissionais das várias entidades concelhias (ex. motoristas, auxiliares da acção educativa, ajudantes familiares, agentes de geriatria, atendimento ao público...) (grupos de 12 elementos)	IPSS; Cercimor; Empresas do Concelho;
			Aproveitar as potencialidades do Concelho ao nível rural e ambiental, apostando nos produtos locais e regionais	Efectuar o levantamento das actividades, produtos e reais necessidades futuras.	Associações e cooperativas de Agricultores
				Disseminar as actividades e produtos locais.	Produtores e em nome individual

Planeamento Estratégico – Plano de Desenvolvimento Social (Cont...)

PRIORIDADES DO PNAI 2006-2008	EIXO DE DESENVOLVIMENTO	OBJECTIVO GERAL ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIA	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	RECURSOS
CORRIGIR AS DESVANTAGENS NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO/QUALIFICAÇÃO	EDUCAÇÃO/QUALIFICAÇÃO E /EMPREGO	DIMINUIR OS BAIXOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	Incentivar a certificação de competências (adquiridas ao longo da vida)	Facilitar até 2008, a criação de 5 turmas nas freguesias rurais para a implementação dos Cursos de Educação e Formação de Adultos, com vista à diminuição das baixas taxas de escolarização no Concelho.	Escolas; Agrupamento Vertical de Montemor-o-Novo; Câmara Municipal e Centro de Emprego
				Certificar os conhecimentos e competências a 200 adultos e jovens adultos do concelho até 2008, através do Centro de Novas Oportunidades.	C. F. Profissional de Évora; Fundação Alentejo; Marca; Terras Dentro; EB2,3 de São João de Deus; Escola Secundária.
			- Requalificar, melhorar e alargar o parque escolar existente.	- Melhorar e alargar o parque escolar existente de acordo com a Carta Educativa, até 2009.	- Câmara Municipal - Juntas de Freguesia

Planeamento Estratégico – Plano de Desenvolvimento Social (Cont...)

PRIORIDADES DO PNAI 2006-2008	EIXO DE DESENVOLVIMENTO	OBJECTIVO GERAL ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIA	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	RECURSOS
CORRIGIR AS DESVANTAGENS NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO/QUALIFICAÇÃO	EDUCAÇÃO/QUALIFICAÇÃO E EMPREGO	DIMINUIR OS BAIXOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Procurar respostas para as necessidades de Formação Profissional do Concelho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a orientação vocacional dos jovens que frequentam a EB23 de São João de Deus e Escola Secundária.</li> <li>- Diagnosticar até Julho de 2007, as reais necessidades/interesses de Formação Profissional para os jovens do Concelho.</li> <li>- Criar/dinamizar cursos de formação que respondam às necessidades do Concelho, até 2008.</li> <li>- Promover a criação de um Centro de Gestão Participada entre o Ministério de Educação, Autarquia e Centro de Emprego, até 2009.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CRP da Cercimor</li> <li>- ADL(s)</li> <li>- Agrupamento Vertical</li> <li>- Escola Secundária</li> <li>- Câmara Municipal</li> <li>- Centro de Emprego</li> <li>- Montemaior</li> <li>- CELF</li> <li>- APME</li> <li>- ADRAL</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Requalificar a rede de comunicação e os equipamentos ao nível dos Estabelecimentos de Educação e Ensino do Concelho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementar e dinamizar até 2009, acções de formação no âmbito das novas tecnologias para os agentes educativos dos Estabelecimentos de Educação e Ensino do Concelho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agrupamento Vertical</li> <li>- Marca/Terras Dentro</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valorizar e promover a participação dos Encarregados de Educação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover espaços de convívio e debate para pais e encarregados de educação, em todas as freguesias do Concelho(CAFAP)</li> <li>- Promover o desenvolvimento de formação de pais com especialistas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Segurança Social</li> <li>- Cercimor</li> <li>- Estabelecimentos de Ensino</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover uma melhor articulação entre os diferentes serviços, por forma, a responder adequadamente aos problemas das crianças/ jovens em risco</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover uma comunicação mais eficaz entre os serviços que acompanham as situações de crianças e jovens em risco, até 2009.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Câmara Municipal</li> <li>- Tribunal</li> <li>- Centro de Saúde</li> <li>- I.P.S.S.(s)</li> </ul>

## 4.2 – APOIO À 3ª IDADE E À INFÂNCIA

A actualidade tem-nos mostrado um progressivo envelhecimento demográfico que nos permite calcular o aumento significativo da percentagem da população idosa na nossa sociedade.

Contudo, este progressivo envelhecimento não tem sido proporcionalmente acompanhado do aumento do Bem-Estar da Terceira Idade, nomeadamente no que se refere ao aumento do seu grau de autonomia e no aumento da cobertura das suas necessidades.

Para este sector da população, os idosos, que diariamente se depara com a necessidade de ajudas específicas que lhe garantam alguma qualidade de vida, as respostas sociais constituem um factor de realce bastante importante.

Dignificar os últimos anos de vida (que são cada vez mais longos) desta população passa precisamente por pôr à sua disposição os meios necessários para que lhes seja garantida a cidadania e devolvido o seu importante papel na sociedade.

O envelhecimento da população do Concelho de Montemor-o-Novo apresenta-se como uma realidade face à qual é necessário reagir, fomentando a criação de novas respostas a esta população, (implicando a criação de novos postos de trabalho) consideradas necessárias no Diagnóstico Social, por forma a minimizar um dos problemas considerados como prioritário no nosso Concelho, o Desemprego.

Das 10 Freguesias existentes no Concelho de Montemor-o-Novo, três (Cortiçadas de Lavre, Foros de Vale Figueira e Silveiras) não têm qualquer tipo de equipamento social que dê resposta ao nível de Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

A maior necessidade no Concelho de Montemor-o-Novo, prende-se com o internamento em Lar, visto ser nesta valência que existe um elevado número de idosos em Lista de Espera e ainda com o facto de uma grande percentagem de idosos integrados em lar, terem grandes limitações. No entanto, tendo em consideração os constrangimentos actuais na construção destes equipamentos (Taxa de cobertura de 5,2%, superior à média do Distrito, mas inferior à média nacional 8,2%; Candidaturas ao PIDAC, fechadas desde 2002; Avaliação Nacional das respostas integradas) é nosso objectivo no Plano de Acção Anual para 2007, avançar com outras respostas consideradas viáveis face à conjectura actual, estando no entanto atentos ao evoluir das tendências políticas nesta matéria, nomeadamente no que diz respeito ao **PARES** (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais).<sup>8</sup>

Este Programa, no que diz respeito aos idosos, tem como objectivos: “A permanência de idosos em suas casas, com maior autonomia e maior qualidade de vida..., aumentando o número de lugares em Centros de Dia e reforçando significativamente os Serviços de Apoio Domiciliário” e “Melhorar a resposta no envelhecimento e na situação de dependência dos idosos, através do aumento do número de lugares em Lares”. Para além deste novo programa, existem outros programas/medidas a que podemos recorrer no que diz respeito a esta problemática, tais como:

1) **PAII** (Programa de Apoio Integrado a Idosos) cujas candidaturas estão anualmente abertas até 30 de Setembro e que abrange a Formação de Recursos Humanos, a revitalização dos Serviços de Apoio Domiciliário e o Tele-Alarme. Este programa comparticipa 80% do custo total do projecto;

2) **FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO** (Decreto Lei 391/91 de 10 de Outubro). Esta resposta social abrange no máximo até 3 idosos por família. No nosso concelho está em funcionamento uma Família de Acolhimento na Freguesia do Ciborro.

<sup>8</sup> Portaria nº 426/2006 de 2 de Maio, I Série – B, pag. 3159

**O PARES** poderá também vir a responder a problemas relacionados com a infância e juventude o que constitui a 3ª problemática que mais preocupa a população do Concelho de Montemor-o-Novo, em particular no que respeita à insuficiência de respostas ao nível da valência de Creche. Os problemas identificados passam ainda pela insuficiência de vagas em Jardim de Infância da rede pública na cidade e espaços de ocupação de tempos livres.

“Garantir a realização dos direitos das crianças e dos idosos, no que se refere ao acesso a bens e serviços com qualidade, constitui um dos pilares fundamentais na construção da cidadania social em Portugal”<sup>9</sup> Neste contexto, o acesso aos cuidados de saúde garantem o exercício da verdadeira cidadania.

Assim sendo, uma das estratégias gerais do PLANO NACIONAL DE SAÚDE 2004/2010, dá prioridade aos mais pobres. Segundo este documento, “as últimas três décadas, em Portugal, foram de significativos ganhos em saúde, mas também se acentuaram os problemas de saúde associados à pobreza e à exclusão social.

Este agravamento resulta, em parte, do aumento das desigualdades sociais, do envelhecimento da nossa população, da maior mobilidade das populações e de um número crescente de imigrantes.”

”Por conotação a uma maior falta de recursos e condições de vida mais difíceis, a pobreza e a exclusão social estão também associadas a uma maior prevalência de estilos de vida menos saudáveis, com um acesso mais difícil a cuidados de saúde e a medicamentos. Por outro lado, estes problemas relacionados com a saúde tendem a agravar situações socioeconómicas de carência, acentuando a pobreza e a exclusão social.

O resultado é uma dimensão mais gravosa de problemas de saúde cronicodegenerativos nas populações mais pobres, a reemergência de problemas de saúde como a tuberculose, os problemas associados aos comportamentos aditivos, a violência e a persistência da SIDA, para mencionar só alguns dos problemas com maior impacto na pobreza.”

Tendo em conta a reprodução intergeracional da pobreza, o combate à pobreza infantil e o compromisso de redução de pobreza dos idosos implicam para Portugal um esforço essencial para a promoção da Inclusão Social, devidamente contextualizado no PNAI.

O Concelho de Montemor-o-Novo regista um elevado índice de envelhecimento. Assim, de acordo com as Orientações Estratégicas abordadas no PLANO NACIONAL DE SAÚDE 2004/2010 <sup>10</sup>, a Rede Social propõe-se desenvolver ações conducentes à prestação de cuidados de saúde adequada às necessidades específicas destas faixas etárias, bem como à comunidade em geral com alguns constrangimentos (dependência, carência económica, isolamento).

A orientação estratégica do sector da saúde nos próximos anos dará prioridade às ações de promoção da saúde e de prevenção das doenças, através da aplicação do Plano Nacional de Saúde. Deste constam quarenta Programas Nacionais, dos quais, face ao Diagnóstico Social do Concelho, consideramos prioritários os seguintes:

- Programa Nacional para a Saúde de Pessoas Idosas<sup>11</sup>
- Rede Nacional de Cuidados Continuados
- Programa Nacional de Cuidados Paliativos<sup>12</sup>

<sup>9</sup> PNAI 2006-2008, pág. 43

<sup>10</sup> [www.dgsaude.min-saude.pt/pns/](http://www.dgsaude.min-saude.pt/pns/) e [www.min-saude.pt](http://www.min-saude.pt)

<sup>11</sup> Despacho Ministerial de 8 de Junho de 2004 - O Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas, visa a manutenção da autonomia, independência, qualidade de vida e recuperação global das pessoas idosas, prioritariamente no seu domicílio e meio habitual de vida.

<sup>12</sup> Despacho Ministerial de 15 de Junho de 2004 – Cuidados Paliativos incluem o apoio à família, prestados por equipas e unidades específicas de cuidados paliativos em internamento ou don«micílio, segundo níveis de diferenciação. Têm como componentes essenciais: alívio dos sintomas; o apoio psicológico, espiritual e emocional; o apoio à família; o apoio durante o luto e a interdisciplinaridade.

O Centro de Saúde, para além da promoção da saúde e prevenção da doença, considera de extrema importância o tratamento e acompanhamento global dos doentes com sofrimento intenso na fase final da vida e a ajuda que necessitam para continuarem a viver com dignidade e qualidade. Neste sentido, pretende-se o desenvolvimento de uma **Rede de Cuidados Continuados**<sup>13</sup>, que dê respostas específicas a doentes que necessitam de cuidados de média e de longa duração em regime de internamento ou no domicílio.

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, (RNCCI)<sup>14</sup> é uma resposta de cuidados globais a pessoas que, independentemente da idade, se encontram em situação de dependência. Neste contexto e no Concelho de Montemor-o-Novo a prestação de cuidados continuados integrados será assegurada por uma equipa domiciliária (Equipa de Cuidados Continuados Integrados).

Entende-se por “Cuidados Continuados Integrados”, o conjunto de intervenções sequenciais de saúde e ou apoio social, decorrente de avaliação conjunta, centrados na recuperação global entendida como o processo terapêutico e de apoio social, activo e contínuo, que visa promover a autonomia melhorando a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social.

O acesso à RNCCI é feito através das equipas coordenadoras locais, (constituídas por médico, enfermeiro e assistente social) que asseguram o acompanhamento e avaliação da Rede a nível local, bem como a articulação e coordenação dos recursos e actividades no seu âmbito territorial.

A equipa coordenadora local de Montemor-o-Novo, será responsável pela avaliação da situação de saúde e social do doente e pela verificação do cumprimento dos critérios para a admissão do doente.

Na sequência da implementação deste projecto, pretende-se ainda a criação de um “**Banco Concelhio de Ajudas Técnicas**” que minimize as dificuldades sentidas pelos doentes.

A **Unidade Móvel**, visa tornar mais acessível a prestação de cuidados de saúde, prevenindo a doença e a vigilância da saúde dos utentes que se encontram isoladas geograficamente e sem meios para se deslocarem.

Por fim, e de forma a tentar minimizar um dos problemas identificados no Diagnóstico Social, “o não cumprimento da prescrição médica por falta de recursos económicos” e para se desenvolverem com eficiência e de uma forma equitativa as acessibilidades ao medicamento, quer numa perspectiva de incremento de ganhos em saúde, quer ao nível do cumprimento da prescrição médica, a Rede Social pretende abranger apoio/redução dos encargos na aquisição de fármacos, de forma a rentabilizar a finalidade do **Cartão Social do Município**<sup>15</sup>.

O Concelho de Montemor-o-Novo encontra-se dividido em 10 Freguesias, sendo 8 rurais e duas correspondentes ao perímetro urbano. Contudo, estas últimas apresentam características vincadas de ruralidade, sendo compostas por “lugares” que, distando da cidade, fazem parte integrante da mesma. Podemos assim dizer que o Concelho apresenta um povoamento disperso, do qual se pode destacar o elevado número de montes isolados. Trata-se de um concelho rural, em que a população que reside fora da sede do Concelho se vê confrontada com constrangimentos vários ao nível dos transportes públicos, cujos circuitos não são em número suficiente, principalmente nos períodos de férias escolares, nem se encontram adaptados a pessoas com necessidades especiais. Aliando os aspectos anteriores com o facto deste

<sup>13</sup> Meta definida no PNAI 2006-2008, pág. 49

<sup>14</sup> Decreto-Lei nº 101/2006 de 6 de Junho.

<sup>15</sup> Projecto da Autarquia que tem como objectivo reduzir os encargos em determinados bens e serviços à população economicamente desfavorecida. A amplitude do projecto será tanto maior, quanto maior fôr o número de entidades aderentes ao mesmo.

Concelho pertencer à Região do Alentejo, Montemor-o-Novo depara-se com problemas graves de isolamento (físico e não só), conferindo à população residente limitações várias que as impossibilitam de usufruir dos seus direitos enquanto cidadãos plenos.

Sendo assim, e apesar da sua localização estratégica e da qualidade de algumas vias, são frequentemente detectadas situações de isolamento da população que reside em montes/localidades distantes do espaço urbano, em que os acessos são muitas das vezes difíceis e penosos, em que o contacto com a realidade e o acesso aos bens e serviços não são facilitados. A vivência desta situação pode mais uma vez inviabilizar a garantia de realização dos direitos das crianças e dos idosos, em particular, no que se refere ao acesso a bens e serviços com qualidade. Este princípio, constitui um dos pilares fundamentais na construção da cidadania social, definido no PNAI.

Não obstante, compreender-se que o aumento do número de circuitos dos transportes públicos não é sustentável devido à baixa densidade populacional, ou que a adaptação dos transportes requer um investimento elevado, a Rede Social visa sensibilizar as entidades responsáveis para a adequação dos seus transportes à realidade do Concelho e para o estabelecimento de acordos entre entidades privadas e a Autarquia, com o objectivo de minimizar as dificuldades sentidas pela população/CLAS.

A existência de transporte urbano permitiria para além de resolver a situação das famílias com fracos recursos económicos e sem transporte próprio, melhorar a rede de transporte escolar, o estacionamento no Centro histórico, a mobilidade e a diminuição de poluição da cidade.

Outro dos problemas identificados no diagnóstico, prende-se com a dificuldade por parte das Entidades Locais, nomeadamente as que dão resposta social à infância, 3ª idade e deficientes, em aceder a determinados locais onde existem potenciais utentes, devido ao mau estado das vias, pelo que se tentará sensibilizar as entidades competentes, para o arranjo das mesmas, de forma a facilitar o acesso às habitações mais isoladas onde vivem famílias com necessidades de apoio social.

Tratando-se de uma problemática muito específica o **Isolamento, Transportes Públicos** requer assim a conjugação de esforços de várias entidades, no sentido de igualar as vivências da população deste Concelho.

Tendo como princípio, dotar a população mais desfavorecida (crianças, idosos e deficientes) de condições essenciais para o exercício de plena cidadania, é imprescindível relevar os aspectos já mencionados (cuidados de saúde e o isolamento) associando-os a outra problemática identificado no nosso Concelho – a **Habitação**.

Considerando todos os factores apresentados, a problemática da habitação coloca em causa a autonomia destes cidadãos, proporciona a exclusão habitacional e condiciona a acessibilidade/adaptabilidade dos edifícios. Esta situação é possível de requalificar através de programas de apoio à habitação.

A política municipal de habitação/construção tem apostado até ao momento no Programa de Recuperação de Habitação Degradada/Telhados; no apoio à melhoria das condições habitacionais (construção de casas de banho, canalizações, rebocos e outros); no apoio à Cooperativa de Habitação/CHE (Cidade e São Cristóvão) e na disponibilização de lotes

infraestruturados, destinados à auto-construção e à iniciativa privada, na cidade e noutras localidades.

Do resultado do último Recenseamento, foram identificadas 88 famílias residentes em barracas ou outro tipo de alojamento improvisado e por isso com necessidades de habitação. Os alojamentos vagos e potencialmente utilizáveis são em número muito superior, 1367, dos quais 431 se localizam na Cidade de Montemor-o-Novo. Pelo que facilmente se percebe que não existe necessidade de construir habitação social no Concelho, mas sim desenvolver esforços para que as entidades competentes, utilizando as casas vagas/devolutas existentes, possam dar uma resposta adequada às necessidades de cada família. Neste sentido, aguarda-se legislação que permita às Autarquias intervir na recuperação de casas particulares devolutas.

Ao nível nacional, existem Programas de Reabilitação e Realojamento enquadrados pelo recente Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), antigo INH<sup>16</sup> aos quais se pode recorrer para resolver determinadas situações habitacionais, que passamos a descrever sumariamente:

#### REABILITAÇÃO

- RECRIA – Financia a execução de obras de conservação e beneficiação, que permitam a recuperação de fogos e imóveis em estado de degradação, mediante a concessão de incentivos pelo Estado e pelos Municípios. Comparticipação a fundo perdido.
- REHABITA – Extensão ao Programa RECRIA – apoia financeiramente as Câmaras Municipais na recuperação das Zonas Urbanas Antigas. O apoio é concedido mediante a celebração de acordos de colaboração entre o INH, as Câmaras Municipais e outras instituições de crédito autorizadas.
- RECRIPH – Edifícios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal.
- SOLARH – Programa de apoio financeiro especial que financia sob forma de empréstimo, sem juros, a conceder pelo INH a realização de obras de conservação ordinária ou extraordinária e de beneficiação nos seguintes casos:
  - 1) Habitação própria permanente de indivíduos ou agregados que preencham as condições do Decreto-Lei nº 39/2001 de 9 de Fevereiro.
  - 2) Habitações devolutas de que sejam proprietários os municípios, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, as pessoas colectivas de utilidade pública que prosseguem fins assistenciais e as Cooperativas de habitação e construção.
  - 3) Habitações devolutas de que sejam proprietárias pessoas singulares.

#### REALOJAMENTO

- PER - PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.
- PROHABITA - Tem como objectivo a resolução global das situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes em Território Nacional.

---

<sup>16</sup> [www.inh.pt](http://www.inh.pt)

**PLANEAMENTO ESTRATÉGICO – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

PRIORIDADES DO PNAI 2006-2008	EIXO DE DESENVOLVIMENTO	OBJECTIVO GERAL ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIAS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	RECURSOS
<p><b>COMBATER A POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS IDOSOS, ATRAVÉS DE MEDIDAS QUE ASSEGUREM OS SEUS DIREITOS BÁSICOS DE CIDADANIA</b></p>	<p><b>APOIO À 3ª IDADE E À INFÂNCIA</b></p>	<p><b>MANTER E ESTIMULAR A ARTICULAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E ENTIDADES NO SENTIDO DE CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS.</b></p>	<p>Criar diferentes respostas e serviços de apoio à 3ª Idade, através do/a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento do nº de vagas nas instituições existentes</li> <li>- Criação de equipamentos nas Freguesias que ainda não têm qualquer tipo de resposta</li> <li>- Criação de uma Unidade de Cuidados Continuados</li> <li>- Alargamento do Serviço de Apoio Domiciliário Integrado</li> <li>- Sensibilização para a possibilidade de formar famílias de acolhimento para idosos e deficientes</li> </ul>	<p>*Implementar até ao final de 2009 Equipamentos de Apoio à 3ª Idade pertencentes a Instituições Particulares de Solidariedade Social em todas as Freguesias do Concelho de Montemor-o-Novo</p>	<p>*Associação de Solidariedade Social das Silveiras * O Sobreiro – Cortiçadas de Lavre *Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo * O Girassol</p>
				<p>*Criar até 2009 mais vagas em Lar nos Equipamentos já existentes. *Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho</p>	<p>* Segurança Social – Verbas do Euro milhões.</p>
				<p>* Apoiar/incentivar até 2009, a Formação inicial e continua de Ajudantes Familiares e Agentes de Geriatria.</p>	<p>* IPSS(s) * Segurança Social</p>
				<p>*Criar até 2009 uma Unidade de Cuidados Continuados</p>	<p>*IPSS/ Segurança Social *Centro de Saúde</p>
				<p>*Alargar até 2009 as respostas de Apoio Domiciliário e de Cuidados Continuados.</p>	<p>* IPSS(s) *Segurança Social *Centro de Saúde</p>
				<p>*Sensibilizar até 2008, 10 famílias para serem Famílias de Acolhimento para Idosos ou Deficientes</p>	<p>*Segurança Social *Centro de Emprego *Câmara Municipal</p>
				<p>*Criar até Junho de 2007, uma equipa de trabalho para fazer o levantamento das necessidades de acessibilidade ao nível Concelhio.</p>	<p>*Técnicos da Câmara Municipal *Técnicos da Cercimor</p>
				<p>* Apoiar até 2007, a instalação do serviço Helpfone a 50 idosos que vivam em situação de isolamento social e geográfico.</p>	<p>*IPSS(s) – Misericórdia *Câmara</p>

**PLANEAMENTO ESTRATÉGICO – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Cont...)**

PRIORIDADES DO PNAI 2006-2008	EIXO DE DESENVOLVIMENTO	OBJECTIVO GERAL ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIAS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	RECURSOS
<p style="text-align: center;"><b>COMBATER A POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS IDOSOS, ATRAVÉS DE MEDIDAS QUE ASSEGUREM OS SEUS DIREITOS BÁSICOS DE CIDADANIA</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>APOIO À 3ª IDADE E À INFÂNCIA</b></p>			<p>* Delimitar espaços de intervenção e responsabilizar entidades locais de forma a responder a situações de isolamento/difícil acesso no Concelho, até finais de 2009.</p>	<p>* IPSS(s)</p>
				<p>* Responder às situações sociais de idosos internados no Centro de Saúde que carecem de resposta social e não clínica.</p>	<p>* IPSS(s) * Centro de Saude</p>
		<p><b>MELHORAR A QUALIDADE DO ACOMPANHAMENTO E DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO NÍVEL DA INFÂNCIA</b></p>	<p>- Criar estruturas de resposta ao nível da Infância (creche, jardim de infância e bolsa de amas com formação específica)</p> <p>- Aumentar e diversificar o nº de espaços de OTL para crianças e jovens</p> <p>- Dinamizar / reestruturar o funcionamento dos espaços já existentes</p>	<p>- Aumentar até ao final de 2009, 20 vagas em Creche e 20 em Jardim de Infância na Cidade de Montemor-o-Novo.</p> <p>- Criar até finais de 2009 uma bolsa de amas com formação específica.</p> <p>- Desenvolver a rede de transportes para crianças dos 0 aos 6 anos que frequentem creche e Jardim de Infância e cujos pais vivam em locais isolados, trabalhem e não possuam meios de transporte, até 2009.</p> <p>- Até 2008, efectuar 3 sessões de sensibilização com agentes educativos do Concelho, relativas a actividades de tempos livres.</p> <p>- Criar novos espaços de ocupação de tempos livres ao nível Concelhio.</p> <p>- Readaptar alguns dos espaços já existentes (ATL da Misericórdia de Montemor-o-Novo, Oficina da Criança, Centro Lúdico da Associação de Pais "Saber Crescer" e outros.</p> <p>- Criar condições para até final de 2008, pôr em pleno funcionamento o Centro Juvenil.</p> <p>- Adaptar às necessidades dos utentes, até finais de 2009, o período de funcionamento das respostas já existentes.</p> <p>- Tornar os espaços públicos existentes, mais funcionais e seguros através de vigilância pela GNR.</p>	<p>- IPSS(s) existentes - Câmara Municipal - Centro de Emprego - Segurança Social</p> <p>- IPSS(s) e Associações - Câmara Municipal - Ministério da Educação - Câmara Municipal - Instituto da Juventude - Espaço do Tempo - CELF - GNR</p>

**PLANEAMENTO ESTRATÉGICO – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Cont...)**

PRIORIDADES DO PNAI 2006-2008	EIXO DE DESENVOLVIMENTO	OBJECTIVO GERAL ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIAS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	RECURSOS
<p><b>COMBATER A POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS IDOSOS , ATRAVÉS DE MEDIDAS QUE ASSEGUREM OS SEUS DIREITOS BÁSICO DE CIDADANIA</b></p>	<p><b>APOIO À 3ª IDADE E À INFÂNCIA</b></p>	<p><b>- ATÉ 2009, TODA A POPULAÇÃO SOCIALMENTE DESFAVORECIDA (EM ESPECIAL CRIANÇAS E IDOSOS) OU EM SITUAÇÃO DE PERDA DE AUTONOMIA TERÁ MELHOR ACESSO AOS SERVIÇOS DO CENTRO DE SAÚDE E MELHORES CONDIÇÕES DE SAÚDE.</b></p>	<p>- Reformular/avaliar o sistema de marcação de consulta;</p>	<p>- Até 2009, existirá uma unidade móvel médico social, a funcionar diariamente, complementar aos postos médicos e Centro de Saúde.</p>	<p>- Centro de Saúde - Candidaturas a Programas Nacionais e/ou comunitários. - Bombeiros</p>
			<p>- Criar condições de suporte, através do estabelecimento de protocolos entre entidades concelhias, para a prestação de cuidados de saúde e potenciar respostas programadas para a população mais vulnerável do Concelho;</p>	<p>- Até Dezembro de 2008, ter-se-á reestruturado/alargado o Banco de Ajudas Técnicas para apoiar as pessoas com necessidades específicas;</p>	<p>- Segurança Social - Centro de Saúde - Câmara Municipal - Juntas de Freguesia - Misericórdia - ADL – Marca - Hospital de São João de Deus</p>
			<p>- Elaborar candidaturas a programas nacionais e/ou comunitários;</p>	<p>- No final de 2009, os utentes do Centro de Saúde terão uma melhor informação acerca do funcionamento dos serviços;</p>	<p>- Equipa de voluntários; - Ecrãs televisivos nas salas de espera;</p>
			<p>- Estabelecer protocolos/contratualização com entidades concelhias que tenham meios complementares de diagnóstico;</p>	<p>- Em finais de 2009, existirá uma unidade de cuidados paliativos de média e longa duração - equipa multidisciplinar que presta apoio a pessoas com doenças crónicas e terminais;</p>	<p>- Centro de Saúde; - IPSS(s) - Segurança Social - Câmara Municipal - Hospital de São João de Deus</p>
			<p>- Estabelecer protocolos/contratualização com entidades concelhias que tenham meios complementares de diagnóstico;</p>	<p>- Em finais de 2008, existirá um cartão social, que apoia agregados familiares carenciados;<sup>17</sup></p>	<p>- Câmara Municipal; - Juntas de Freguesia; - Centro de Saúde (Saúde XXI) - Entidades Aderentes</p>
			<p>- Estabelecer protocolos/contratualização com entidades concelhias que tenham meios complementares de diagnóstico;</p>	<p>- Até finais de 2009, existirão protocolos que possibilitem a realização de exames complementares de diagnóstico.</p>	<p>- Administração Regional de Saúde - Entidades Particulares</p>
			<p>- Estabelecer protocolos/contratualização com entidades concelhias que tenham meios complementares de diagnóstico;</p>	<p>- Até finais de 2009, estará a funcionar a equipa de Cuidados Continuados Integrados de Montemor-o-Novo.</p>	<p>- A. R.S. (Centro de Saúde de Montemor-o-Novo e Hospital de Évora); - Segurança Social - I.P.S.S(s) - Hospital de São João de Deus</p>

<sup>17</sup> Este objectivo específico, apesar de estar agregado a esta problemática é transversal a outras problemáticas diagnosticadas ou a diagnosticar futuramente. A sua concretização e alcance estão dependentes da maior ou menor adesão das várias Entidades Locais.

**PLANEAMENTO ESTRATÉGICO – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Cont...)**

PRIORIDADES DO PNAI 2006-2008	EIXO DE DESENVOLVIMENTO	OBJECTIVO GERAL ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIAS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	RECURSOS
<p><b>COMBATER A POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS IDOSOS , ATRAVÉS DE MEDIDAS QUE ASSEGUREM OS SEUS DIREITOS BÁSICOS DE CIDADANIA</b></p>	<p><b>APOIO À 3ª IDADE E À INFÂNCIA</b></p>	<p><b>DIMINUIR O ISOLAMENTO E AS “DISTÂNCIAS” ENTRE A ZONA RURAL E A URBANA.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilizar a Rodoviária Nacional e outras entidades transportadoras para a adequação dos Transportes à realidade do Concelho.</li> <li>- Adaptar os meios de transporte (capacidade) às necessidades locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudar a possibilidade de criar circuitos, com carácter experimental, utilizando carrinhas de 9 lugares que circulem entre a cidade e algumas freguesias com maior regularidade, até 2009.</li> <li>- Estudar a possibilidade de pôr a circular um mini autocarro na cidade de Montemor-o-Novo, até 2009.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rodoviária Nacional</li> <li>- Câmara Municipal</li> <li>- IPSS(s) com carrinhas disponíveis a determinadas horas do dia.</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar circuitos de transporte ao longo do dia, em parceria entre a autarquia e outras entidades com transporte disponível.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuir em 50% o mau estado das vias até 2009.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Câmara</li> <li>- Instituto de Estradas de Portugal</li> <li>- Entidades Particulares</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilizar a Câmara e as entidades competentes para o arranjo das vias.</li> <li>- Estabelecer protocolos de cooperação de forma a responder a situações sociais que se encontram a descoberto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Delimitar espaços de intervenção e responsabilizar entidades locais até 2008 de forma a responder às situações sociais de isolamento no Concelho, nos casos já identificados.</li> <li>- Identificar com os parceiros outras situações de isolamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IPSS(s) do Concelho</li> <li>- Câmara</li> <li>- Juntas de Freguesia</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver projectos de apoio à eliminação de barreiras arquitectónicas em habitações de pessoas com deficiência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar até 2008 uma proposta de Programa de Apoio à Eliminação de Barreiras Arquitectónicas em habitações de pessoas com deficiências.</li> <li>- Diminuir as barreiras arquitectónicas existentes nos espaços públicos, até 2009.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Câmara Municipal</li> <li>- Juntas de Freguesia</li> <li>- IPSS(s)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eliminar as barreiras arquitectónicas existentes nos espaços e edifícios públicos.</li> <li>- Estabelecer uma rede de transportes alternativos/adequados a pessoas com necessidades específicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar até 2008, um protocolo com as instituições que têm transportes adaptados de forma a dar resposta às dificuldades de mobilidade das pessoas com necessidades específicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IPSS(s) do Concelho com transportes adaptados.</li> </ul>			

**PLANEAMENTO ESTRATÉGICO – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Cont...)**

PRIORIDADES DO PNAI 2006-2008	EIXO DE DESENVOLVIMENTO	OBJECTIVO GERAL ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIAS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	RECURSOS
<p><b>COMBATER A POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS IDOSOS, ATRAVÉS DE MEDIDAS QUE ASSEGUREM OS SEUS DIREITOS BÁSICOS DE CIDADANIA</b></p>	<p><b>APOIO À 3ª IDADE E À INFÂNCIA</b></p>	<p><b>- AUMENTAR ATÉ 2009 O BEM-ESTAR DE FAMÍLIAS COM CRIANÇAS E IDOSOS, ATRAVÉS DA MELHORIA DE CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE, EM 25% DAS FAMÍLIAS AFECTADAS POR ESTA PROBLEMÁTICA.</b></p>	<p>- Sensibilizar as entidades responsáveis para a problemática habitacional que afecta especialmente famílias com idosos e crianças a cargo.                      - Divulgar os Programas Nacionais de Habitação e Reabilitação.                      - Criar uma “Bolsa” de Habitação Social, centralizando a informação de casas vagas de renda social numa única entidade, de forma a uniformizar procedimentos e agilizar processos.</p>	<p>- Até final de 2007, será levantado o nº de famílias carenciadas que vivem em más condições de habitabilidade, com recurso aos dados disponibilizados pelas entidades parceiras.</p>	<p>- Câmara Municipal de Montemor                      - Serviço Local de Acção Social                      - Cercimor                      - Todas as entidades que fazem atendimento à comunidade e/ou que têm habitação de renda social.                      (Misericórdia, Caritas,...)</p>
			<p>- Em finais de 2007, existirá um Programa Municipal de Apoio à recuperação/melhoria das condições de habitabilidade dirigido às famílias carenciadas do Concelho.</p>	<p>- Em 2008, estarão identificadas todas as habitações devolutas em mau estado de conservação, com recurso aos dados disponíveis.</p>	<p>- Câmara Municipal de Montemor                      - Políticas/Programas Nacionais de Habitação. (RECRIA; REHABITA, RECRIPH, SOLARH, PROHABITA)                      - Segurança Social</p>
			<p>- Até 2009, far-se-ão esforços para que existam no mínimo duas casas para habitação temporária de forma a dar resposta a situações de emergência.</p>		<p>- Câmara Municipal de Montemor                      - INE                      - Misericórdia de Montemor-o-Novo</p>

### 4.3 – APOIO À POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA

O PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO 2006-2008, estabeleceu como 3ª prioridade política – Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

As metas a atingir são:

- “ - Afectar 4 000 professores de Educação especial nos agrupamentos de escolas, abrangendo 26 000 crianças e jovens com deficiência, até 2008.
- Abranger 46 000 pessoas com deficiência em acções de formação, qualificação e apoio técnico, com vista à integração profissional, até 2008.
- Abranger 140 000 beneficiários no novo sistema de prestações na eventualidade de deficiência, até 2009.
- Aumentar 1 850 vagas em equipamentos sociais para pessoas com deficiência, até 2009.”<sup>18</sup>

No diagnóstico social do concelho esta problemática, não foi identificada como prioritária, no entanto sabe-se através dos dados recolhidos no Pré-Diagnóstico, que existem algumas valências no Concelho, que necessitam de ser expandidas, por não responderem às reais necessidades, sobretudo das famílias com jovens e adultos com deficiência, nomeadamente a necessidade de mais vagas em Centro de Actividades Ocupacionais e em Lar/residência. Outra valência que convém referir aqui é a formação e integração profissional desta população, já que continua a ser uma tarefa difícil de concretizar. Estas necessidades existentes nos Concelho são também uma meta política do PNAI 2006-2008, como podemos verificar anteriormente.

Para colmatar estas necessidades contamos com as Instituições existentes no terreno, com as entidades responsáveis pela revisão de acordos de cooperação e com eventuais Programas de financiamento, nomeadamente o PARES, no que se refere ao alargamento de vagas para Centro de Actividades Ocupacionais e para Lar/Residencial e o Programa de Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência.

---

<sup>18</sup> PNAI 2006-2008 pag. 56

**PLANEAMENTO ESTRATÉGICO – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

PRIORIDADES DO PNAI 2006-2008	EIXO DE DESENVOLVIMENTO	OBJECTIVO GERAL ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIAS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	RECURSOS
<p style="text-align: center;"><b>ULTRAPASSAR AS DISCRIMINAÇÕES, REFORÇANDO A INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IMIGRANTES</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>APOIO À POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>- MELHORAR O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA.</b></p>	<p><b>- Aumentar o nº de vagas/respostas ao nível de Centro de Actividades Ocupacionais</b></p>	<p>- Até final de 2007, será levantado o nº de famílias com elementos adultos deficientes, e o tipo de apoio de que carecem.                      - Aumentar até 2009, a capacidade de resposta ao nível da valência de Centro de Actividades Ocupacionais em mais 15 vagas.                      - Equacionar a possibilidade do o CAO poder vir a dar resposta durante os períodos de interrupção (Férias)</p>	<p>- Câmara Municipal de Montemor                      - Serviço Local de Acção Social                      - Cercimor                      - Comunidade João Cidade                      - Juntas de Freguesia</p>
			<p><b>- Eliminar as barreiras arquitectónicas em habitações onde existam elementos com deficiência</b></p>	<p>- Em finais de 2008, existirá um Programa Municipal de Apoio à eliminação de barreiras arquitectónicas em habitações onde residam deficientes com problemas de mobilidade desde que integrados em Agregados familiares carenciados.</p>	<p>- Câmara Municipal de Montemor                      - Serviço Local de Acção Social                      - Cercimor                      - Comunidade João Cidade</p>
			<p><b>- Aumentar o nº de vagas de Residência/Lar para jovens e adultos com deficiência mental</b></p>	<p>- Em 2009, existirão mais 12 camas em Lar residencial para jovens e adultos com deficiência mental.</p>	<p>- Câmara Municipal de Montemor                      - Comunidade João Cidade</p>
			<p><b>- Formar e qualificar jovens e adultos com deficiência e/ou em situação de exclusão social com vista à integração profissional e social.</b></p>	<p>- Apoiar a Formação e Inserção Profissional de jovens e adultos com deficiência e ou problemas de aprendizagem e inserção.</p>	<p>- Cercimor                      - Centro de Emprego</p>
			<p><b>- Formar e qualificar jovens e adultos com deficiência e/ou em situação de exclusão social com vista à integração profissional e social.</b></p>	<p>- Sensibilizar os serviços de saúde e famílias para a importância dos cuidados de saúde a serem prestados a esta população.                      - Sensibilizar a ARS de Évora, para a importância da existência de consultas de Psiquiatria no Concelho.</p>	<p>- Cercimor                      - 29 de Abril                      - Comunidade João Cidade                      - Centro de Saúde                      - Instituições                      - Câmara Municipal</p>
			<p><b>- Formar e qualificar jovens e adultos com deficiência e/ou em situação de exclusão social com vista à integração profissional e social.</b></p>	<p>- Sensibilizar a comunidade para a integração da população com deficiência.</p>	<p>- Agrupamento Vertical                      - Escola Secundária                      - Câmara Municipal                      - Serviços da Comunidade</p>

## **5 - PLANO ANUAL DE ACÇÃO 2007**

**PLANO ANUAL DE ACÇÃO 2007**

Prioridades do PNAI 2006-2008	Eixo de Desenvolvimento e Objectivo Geral do PDS	Objectivos Especificos do PDS	Acções/Projectos	Beneficiários/D estinatários	Calendarização	Recursos e Programas	Parceiros Responsáveis	
<b>CORRIGIR AS DESVANTAGENS NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO/QUALIFICAÇÃO</b>	<b>Educação/Qualificação e Emprego</b>  - Fomentar nas várias camadas da população (empresários e comunidade em geral) o espírito de Iniciativa Empresarial, promovendo a dinâmica empresarial no concelho e perspectivando o fomento do Emprego, especialmente nas faixas da população do sexo feminino e dos jovens.	1- Fazer até Julho de 2007, o levantamento real dos interesses de formação dos jovens, dos desempregados e dos utentes do RSI inscritos em Centro de Emprego, com vista à sua formação e futura integração em postos de trabalho disponíveis.	1.1- Levantamento das necessidades/motivações/preconceitos sobre profissões para Formação dos Jovens.	Jovens do Concelho, Empresários, Desempregados e Utesntes do RSI	Junho a Dezembro de 2007	EQUAL	1.1 - MONTE; TRILHO; MARCA; CERCIMOR; Agrupamento de Escolas; Escola Secundária.	
			1.2 - Levantamento das necessidades/motivações para Formação dos desempregados e utentes do RSI.				1.2 - Centro de Emprego; Segurança Social e MARCA.	
		2 – Fazer/actualizar até finais de 2006, o levantamento dos postos de trabalho existentes e perspectivar os futuros postos de trabalho a serem criados, como forma de planear a formação profissional.	2.1 – Fazer o levantamento dos postos de trabalho existentes no Concelho.	2.2 – Iniciar o estudo sobre o trabalho e desemprego no Concelho.	Comunidade Local	Junho a Dezembro de 2007		2.1 - APME; GADEC da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia.
								2.2 - MARCA
		- Diminuir os baixos níveis de escolarização	3 – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências de adultos e jovens adultos do Concelho.	3.1 – Desenvolvimento de processo, divulgar e fomentar novas inscrições.	Comunidade Local	Até finais de Dezembro 2007	DGF	3.1 - MARCA; Terras Dentro, Agrupamento Vertical de Montemor-o-Novo e Escola Secundária.
				3.2 – Apoio complementar essencialmente ao nível das TIC(s).				3.2 - MARCA
		5 – Formação Profissional	5.1 – Curso de Educação e Formação de Adultos B3 Geriatria com equivalência ao 9º Ano.	Desempregados à procura de novo emprego com o 6º Ano de Escolaridade	Maior de 2006 a Dezembro de 2007	IEFP	5.1 – Centro de Emprego de Montemor-o-Novo	

Cont...

Prioridades do PNAI 2006-2008	Eixo de Desenvolvimento e Objectivo Geral do PDS	Objectivos Específicos do PDS	Acções/Projectos	Beneficiários/ Destinatários	Calendarização	Recursos e Programas	Parceiros Responsáveis
<b>CORRIGIR AS DESVANTAGENS NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO/QUALIFICAÇÃO</b>		5 – Formação Profissional (continuação)	5.2 – Marketing e Gestão Comercial, Logística e Qualidade	Licenciados desempregados	Fevereiro a Julho de 2007	Instituto de Emprego e Formação Profissional	I.E.F.P (Centro de Emprego de Montemor-o-Novo, Centro de Formação Profissional de Évora)
			5.3 – Técnicas de Atendimento	Activos Empregados do Hospital de São João de Deus	Maior a Junho de 2007		
			5.4 – Tecnologias de Informação e Comunicação	Desempregados	Junho e Julho de 2007		
			5.5 – Instalação e Manutenção de Sistemas Informáticos (Equivalência ao 12º Ano de Escolaridade)	Jovens com o 10º Ano de Escolaridade	Outubro de 2007 a Maio de 2009		
			5.6 – Orientação Pedagógica, Acompanhamento e Avaliação na Função de Tutor	Licenciados desempregados	Novembro 2007 a Maio de 2008		

**PLANO ANUAL DE ACÇÃO 2007**

Prioridades do PNAI 2006-2008	Eixo de Desenvolvimento e Objectivo Geral do PDS	Objectivos Específicos do PDS	Acções/Projectos	Beneficiários/ Destinatários	Calendarização	Recursos e Programas	Parceiros Responsáveis
COMBATER A POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS IDOSOS, ATRAVÉS DE MEDIDAS QUE ASSEGUREM OS SEUS DIREITOS BÁSICOS DE CIDADANIA	<p><b>Apoio à 3ª Idade</b></p> <p>- Manter e estimular a articulação das instituições e entidades no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos.</p>	1- Criar até finais de 2007, uma equipa de trabalho para fazer o levantamento dos idosos com necessidades de acessibilidade ao nível concelhio.	1.1- Constituição da equipa de trabalho.	Idosos	Setembro a Dezembro 2007	Juntas de Freguesia, GNR e IPSS(s)	Câmara Municipal e IPSS(s)
			1.2- Levantamento da situação de idosos, a viverem em montes ou localidades de difícil acesso e com necessidade de apoio social.				
		2 – Alargar até 2008, a resposta de Apoio Domiciliário.	2.1- Alargamento do Serviço de Apoio Domiciliário da Misericórdia de Cabrela de forma a responder à população da Freguesia de Silveiras.		Até Dezembro de 2007	IPSS(S) envolvidas e Segurança Social	Associação de Solidariedade das Silveira
			2.2 – Alargamento dos Serviços de Apoio Domiciliário da Misericórdia de Montemor-o-Novo, do Centro Social e Paroquial de Santo António e da Associação “Giorassol”.		Até Dezembro de 2007	IPSS(S) envolvidas e S.Social	IPSS(s) interessadas
		3 – Apoiar até 2008, a instalação do Serviço Tele-Assistência 24h a idosos que vivam em situação de isolamento social e geográfico.	3.1 – Candidatura ao PAII Serviço de tele-alarme.		Setembro 2007	PAII	IPSS(S)
			3.2 – Alargamento do Serviço Helpphone.		Até Dezembro de 2007	Misericórdia de Montemor-o-Novo	Misericórdia de Montemor-o-Novo
		4 - Delimitar espaços de intervenção e responsabilizar entidades locais de forma a responder a situações de idosos que vivem em locais de difícil acesso.	4.1 – Promover reuniões entre as instituições locais.		Novembro a Dezembro 2007	IPSS(s)	Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
		5 – Responder às situações sociais de idosos internados no Centro de Saúde que carecem de resposta Social e não Clínica.	5.1 – Promover contactos e reuniões com Instituições Locais.		Até Dezembro de 2007	IPSS(s)	Centro de Saúde de Montemor-o-Novo
6 – Constituir uma rede de voluntariado Concelhio. <sup>19</sup> (ver anexo 1)	6.1 – Constituição de uma bolsa de voluntários e Instituições acolhedoras.	Até Dezembro de 2007	IPSS(s) e Entidades Locais	MARCA			

<sup>19</sup> Este objectivo específico, apesar de estar inserido na Problemática do Apoio aos Idosos é transversal a várias problemáticas diagnosticadas e a diagnosticar num futuro próximo.

**PLANO ANUAL DE ACÇÃO 2007**

Prioridades do PNAI 2006-2008	Eixo de Desenvolvimento e Objectivo Geral do PDS	Objectivos Especificos do PDS	Acções/Projectos	Beneficiários/ Destinatários	Calendarização	Recursos e Programas	Parceiros Responsáveis
COMBATER A POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS IDOSOS, ATRAVÉS DE MEDIDAS QUE ASSEGUREM OS SEUS DIREITOS BÁSICOS DE CIDADANIA	<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>  Melhorar a qualidade do acompanhamento e dos serviços prestados ao nível da Infância e Juventude	Aumentar até ao final de 2008, 20 vagas em Creche e 20 em Jardim de Infância na Cidade de Montemor-o-Novo.	1- Projecto de construção de um equipamento (Creche, Jardim de Infância e Actividade de Tempos Livres) destinado à Infância e Juventude da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo. 2 - Candidatura do Girassol ao PARES para Creche.	Famílias com problemas sócio-económicos	Até finais de 2007	Segurança Social e financiamentos próprios.	Misericórdia de Montemor-o-Novo Girassol
		Promover espaços de convívio e debate para pais e encarregados de educação em todas as Freguesias do Concelho (CAFAP)	1 - Realização de sessões de debate/esclarecimento para pais e encarregados de educação.	Encarregados de Educação	Até finais de 2007		CAFAP da CERCIMOR
		- Diagnosticar até ao final de 2007, as reais necessidades/interesses de Formação Profissional para os jovens do Concelho	Levantamento dos interesses de Formação Profissional/Tecnológica por parte dos Jovens.		Até finais de 2007		C. Municipal Agrupamento e Esc. Secundária e CERCIMOR e Centro de Emprego.
		- Implementar e dinamizar até 2008, acções de formação no âmbito das novas tecnologias.	Planificação das Acções de Formação para Agentes Educativos dos Estabelecimentos de Educação e Ensino do Concelho.	Agentes Educativos	Até finais de 2007		Agrupamento Vertical de Montemor-o-Novo
		- Desenvolver até final de 2007, a rede de transporte a crianças dos 0 aos 6 anos para creche e Jardim de Infância, cujos pais vivam em locais isolados, trabalhem e não possuam meios de transporte.	Sensibilizar as IPSS(s) com valências de creche e Jardim de Infância a transportar os utentes com essa necessidade. Fomentar a criação de protocolos entre IPSS(s), Juntas de Freguesia e Câmara de forma a garantir o transporte de crianças dos 0 aos 6 anos.	Famílias	Até Dezembro de 2007	IPSS(s) Entidades Locais	Câmara CERCIMOR

**PLANO ANUAL DE ACÇÃO 2007 (Cont...)**

Prioridades do PNAI 2006-2008	Eixo de Desenvolvimento e Objectivo Geral do PDS	Objectivos Especificos do PDS	Acções/Projectos	Beneficiários/ Destinatários	Calendarização	Recursos e Programas	Parceiros Responsáveis
<p>COMBATER A POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS IDOSOS ,                      ATRAVÉS DE MEDIDAS QUE ASSEGUREM OS SEUS                      DIREITOS BÁSICOS DE CIDADANIA</p>	<p><b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b></p> <p>Melhorar a qualidade do acompanhamento e dos serviços prestados ao nível da Infância e Juventude</p>	<p>Melhorar e alargar o parque escolar existente de acordo com a Carta Educativa, até 2009.</p>	<p>A E.B.1 de Benalfange passa a funcionar nas instalações da escola existente em São Geraldo.</p>	<p>Crianças dos 6 aos 10 anos</p>	<p>Até Dezembro de 2007</p>		<p>Câmara Municipal</p>
			<p>A E.B.1 de Montemor-o-Novo nº 3, passa a funcionar em horário normal.</p>				
			<p>Abertura de uma nova sala na E.B.1 de São Mateus.</p>	<p>Crianças dos 3 aos 6 anos</p>			
			<p>Transferência da sala de Jardim de Infância de São Mateus para outro espaço.</p>				
			<p>Assegurar o funcionamento das cantinas escolares e dos prolongamentos desde o início do ano lectivo.</p>	<p>Famílias que trabalham</p>	<p>Setembro de 2007</p>		

**PLANO ANUAL DE ACÇÃO 2007**

Prioridades do PNAI 2006-2008	Eixo de Desenvolvimento e Objectivo Geral do PDS	Objectivos Especificos do PDS	Acções/Projectos	Beneficiários /Destinatários	Calendarização	Recursos e Programas	Parceiros Responsáveis
COMBATER A POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS IDOSOS , ATRAVÉS DE MEDIDAS QUE ASSEGUREM OS SEUS DIREITOS BÁSICOS DE CIDADANIA	<b>Cuidados de Saúde</b>  - Até 2009, toda a população socialmente desfavorecida ou em situação de perda de autonomia terá melhor acesso aos Serviços do Centro de Saúde e melhores condições de saúde.	1- No final de 2007, estão identificadas os constrangimentos que devem ser melhorados, de forma a diminuir as reclamações dos utentes.	1.1 - Estudo sobre o grau de satisfação dos utentes do Centro de Saúde.	Comunidade Local	Até finais de Dezembro 2007	Centro de Saúde	Centro de Saúde
			1.2 - Reestruturação/alargamento do Banco de Ajudas Técnicas Concelhio. (Centro de Saúde)				
		2- Até final de 2007, existirá um regulamento que estipula as regras e condições de acesso ao Cartão social.	2.1 – Reuniões com entidades Concelhias, de forma a estabelecer eventuais protocolos de colaboração relativamente a descontos inerentes ao Cartão Social (Câmara Municipal)	Comunidade Local	Até Dezembro de 2007	Entidades Locais aderentes	Câmara Municipal e Juntas de Freguesia.
	2.2 – Elaboração de Regulamento do Cartão Social do Múncipe.						

**PLANO ANUAL DE ACÇÃO 2007**

Prioridades do PNAI 2006-2008	Eixo de Desenvolvimento e Objectivo Geral do PDS	Objectivos Específicos do PDS	Acções/Projectos	Beneficiários/Destinatários	Calendarização	Recursos e Programas	Parceiros Responsáveis
COMBATER A POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS IDOSOS, ATRAVÉS DE MEDIDAS QUE ASSEGUREM OS SEUS DIREITOS BÁSICOS DE CIDADANIA	<b>Isolamento/Transportes Públicos e Urbanos</b>  Diminuir o isolamento e as "distâncias" entre a zona rural e a urbana.	- Delimitar espaços de intervenção e responsabilizar entidades locais até 2008 de forma a responder às situações sociais de isolamento no Concelho, nos casos já identificados.	Reuniões entre parceiros para delimitar espaços de intervenção de forma a dar resposta social aos casos de isolamento identificados e a identificar.  Sensibilização das entidades competentes para a recuperação de caminhos térreos.	Famílias com problemas sociais e económicos	Até Dezembro de 2007		Câmara Municipal
		- Elaborar até 2008 uma proposta de Programa de Apoio à Eliminação de Barreiras Arquitectónicas em habitações de pessoas com deficiências.	Levantamento do número de famílias com necessidades de eliminação de barreiras arquitectónicas em suas casas.	Famílias com problemas sociais e económicos	Até Dezembro de 2007	IPSS(s)	Câmara Municipal Centro de Saúde

**PLANO ANUAL DE ACÇÃO 2007**

Prioridades do PNAI 2006-2008	Eixo de Desenvolvimento e Objectivo Geral do PDS	Objectivos Específicos do PDS	Acções/Projectos	Beneficiários/Destinatários	Calendarização	Recursos e Programas	Parceiros Responsáveis
COMBATER A POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS IDOSOS, ATRAVÉS DE MEDIDAS QUE ASSEGUREM OS SEUS DIREITOS BÁSICOS DE CIDADANIA	<b>Habitação</b>  - Aumentar o Bem-Estar de 25% das famílias afectadas por esta problemática, através da melhoria de condições de habitabilidade, até 2008.	- Até final de 2007, será levantado o nº de famílias carenciadas que vivem em más condições de habitabilidade, com recurso aos dados disponibilizados pelas entidades parceiras.	1.1 – Levantamento do nº de famílias carenciadas que vivem em más condições de habitabilidade.	Agregados Familiares carenciados	<b>Até Dezembro de 2007</b>		Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
		- Em Julho de 2007, existirá um Programa Municipal de Apoio à recuperação/melhoria das condições de habitabilidade dirigido às famílias carenciadas do Concelho.	1.2 – Elaboração de regulamento de apoio à melhoria das condições de habitabilidade.				

## 6 – Avaliação

O processo de planeamento é um processo inacabado e em constante mutabilidade, uma vez que tem que se adaptar às necessidades que vão surgindo, visto a realidade social estar permanentemente a sofrer alterações. Neste sentido, consideramos a avaliação um instrumento imprescindível para o planeamento das intervenções subsequentes, uma vez que pode demonstrar a necessidade de fazer alterações ao anteriormente previsto. Permite reflectir sobre a intervenção, corrigir ou melhorar o trabalho realizado.

Assim, a avaliação será feita anualmente, em Conselho Local de Acção Social, no final de cada Plano de Acção e servirá de base à elaboração do Plano de Acção seguinte, intensificando determinados projectos/actividades, corrigindo outros, afectando recursos até ai desconhecidos, inexistentes ou negligenciados. A avaliação poderá ainda fornecer indicações sobre novos problemas que a intervenção tenha tornado visíveis.

Possíveis indicadores de avaliação/execução:

- Coerência entre os problemas identificados no Diagnóstico e os objectivos específicos do Plano de Desenvolvimento Social;
- Número de projectos/actividades concretizadas por Problemática;
- Calendarização prevista das actividades e sua execução;
- Número de parceiros envolvidos por projecto/actividade;
- Constrangimentos na execução dos projectos/actividades (temporais e outros);
- Impactos/resultados da execução dos projectos/actividades (número de pessoas abrangidas, aceitação, mudanças...);
- Surgimento de novas necessidades;
- Número de projectos por fonte de financiamento;
- Recursos Humanos envolvidos por categoria profissional;

## 7 – Informações Complementares/Contactos Úteis

As acções programadas do presente Plano de Desenvolvimento Social contam com financiamento da Autarquia, orçamentos das entidades envolvidas e orçamento do estado/programas de financiamento.

### Contactos Úteis:

[www.gren.pt](http://www.gren.pt) – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013

[www.pnai.pt](http://www.pnai.pt) – PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO

[www.qca.pt](http://www.qca.pt) – QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO

[www.min-saude.pt](http://www.min-saude.pt) – MINISTÉRIO DA SAÚDE

[www.iefp.pt](http://www.iefp.pt) – INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt) – PORTAL DO GOVERNO

[www.mtss.gov.pt](http://www.mtss.gov.pt) – MINISTÉRIO DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL

[www.seq-social.pt](http://www.seq-social.pt) – SITE DA SEGURANÇA SOCIAL

[www.poefds.pt](http://www.poefds.pt) – PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

[www.min-edu.pt](http://www.min-edu.pt) – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[www.prodep.min.edu.pt](http://www.prodep.min.edu.pt) – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO PARA PORTUGAL

[www.drealentejo.pt](http://www.drealentejo.pt) – DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ALENTEJO

## ANEXO 1

**Rede de Voluntariado no Concelho de Montemor-o-Novo****Metodologia de Implementação****Objectivos**

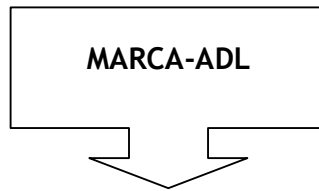
- Dar resposta às carências de pessoal para apoio às actividades de algumas instituições
- Dar resposta às carências de pessoas com necessidades especiais (idosos, pessoas portadoras de deficiência que não estejam institucionalizados) em tarefas do dia a dia e às famílias para uma melhor conciliação trabalho/família
- Melhorar os serviços prestados e a qualidade de vida da população
- Incentivar a solidariedade de proximidade enquanto factor de coesão social
- Responsabilização e formação de uma atitude interventora dos cidadãos quanto aos problemas colectivos

**Serviços da Rede**

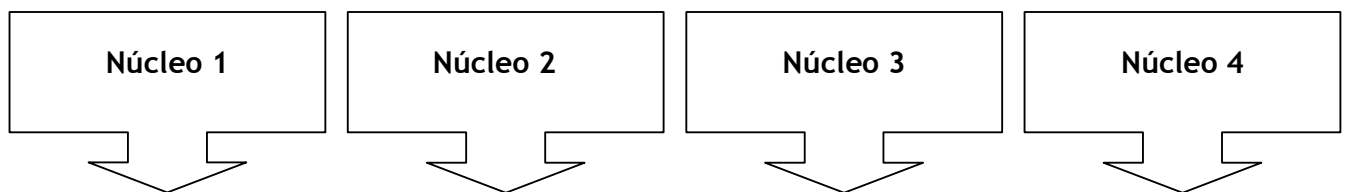
A Rede destina-se a dar apoio:

- Pessoas / Famílias da comunidade: em que sejam identificados necessidades / carências e que necessitem de apoio, por exemplo:
  - ✓ pequenos cuidados e serviços aos idosos - ir aos correios, às lojas, companhia em passeios, acompanhar às consultas, preencher documentos, etc.
  - ✓ acompanhamento de crianças casa /escola, ajuda nos trabalhos escolares, etc.
  - ✓ acompanhamento de pessoas portadoras de deficiência, actividades lúdicas, etc.
- Pessoas institucionalizadas ou que estejam a frequentar actividades em instituições (idosos, pessoas portadoras de deficiência, crianças e jovens): apoio ao serviço domiciliário e outras actividades diárias das instituições, actividades lúdicas e de animação, apoio na organização de actividades, etc.

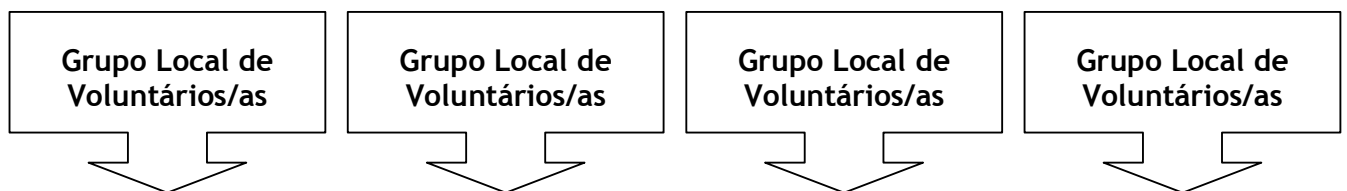
## Organização e Estrutura da Rede



Facilitador da articulação do trabalho dos Núcleos Locais: garantir o funcionamento da Rede, articular o trabalho dos núcleos, estimular a partilha de informação e recursos, assegurar as actividades de âmbito geral (preparação e divulgação de materiais, organização de reuniões e encontros, organização de acções de formação dos voluntários, gerir a base de dados de voluntários, etc.



**Núcleos de Freguesias Locais:** composta por instituições de cada freguesia ou aglomerado de instituições de freguesias próximas. Também podem participar pessoas a título individual que tenham um papel importante na vida comunitária e que mostrem interesse em fazer parte da Rede. Tem como funções: detectar necessidades das pessoas, famílias e instituições; divulgar a Rede e estimular as pessoas a fazerem voluntariado; receber inscrições de voluntários; articular com as instituições locais a distribuição dos voluntários para dar resposta às necessidades identificadas; fazer sessões de esclarecimento sobre o voluntariado; organizar as equipas de trabalho locais e o calendário; monitorizar o trabalho dos voluntários nas instituições, sempre em articulação com a MARCA-ADL.



- Integram cada Núcleo Local e as suas actividades decorrem na(s) Freguesia(s) de intervenção desse Núcleo. Também podem desenvolver actividades noutras freguesias desde que se mostrem interessados e que as necessidades assim o justifiquem. Para além de desenvolverem actividades nas instituições / famílias de acordo com a motivação e disponibilidade, são responsáveis por diagnosticar novas necessidades e sensibilizar novas pessoas para participarem na Rede.